

CONTRATO Nº 005/2026-DT

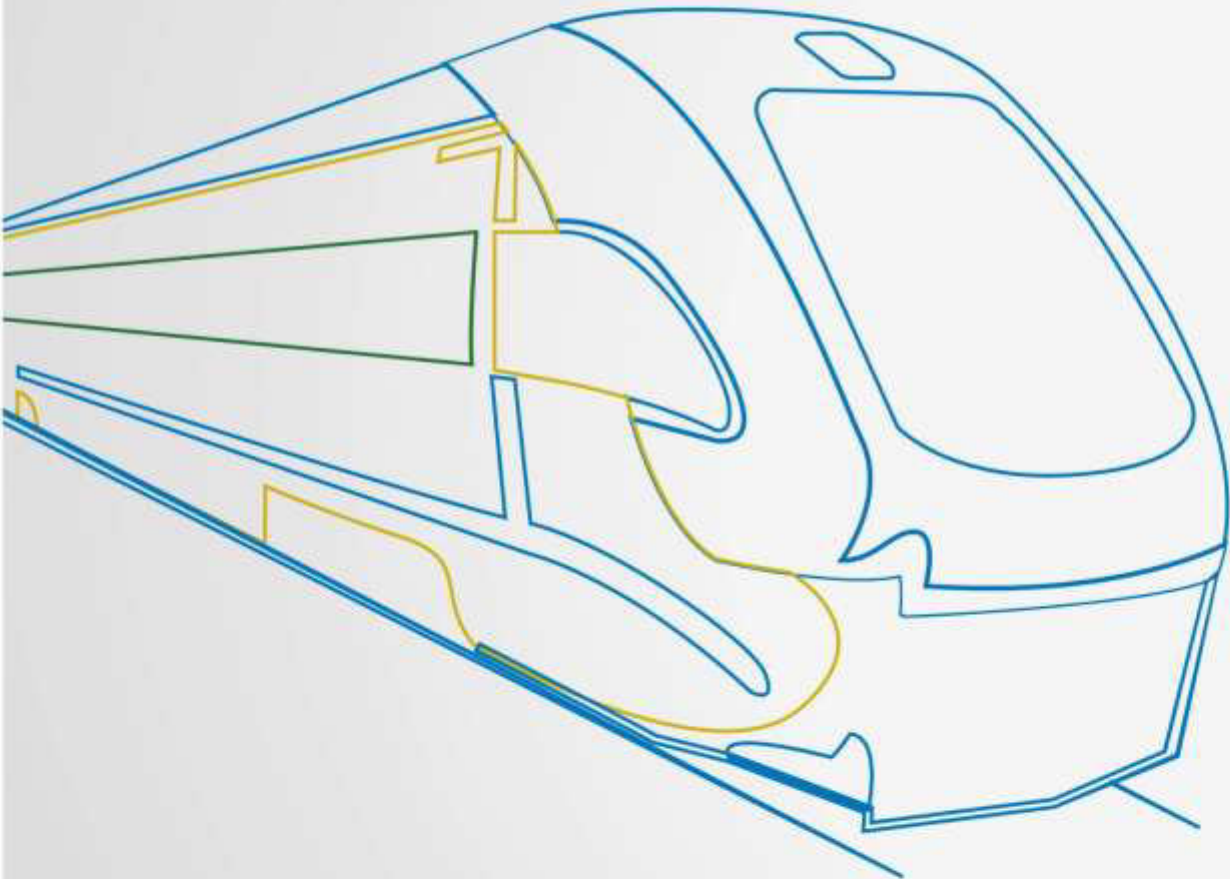
CBTU

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS

URBANOS

&

GROS ENGENHARIA LTDA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CONTRATADA:

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REPACTUAÇÃO
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- MATRIZ DE REISCOS E RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA TRIGÉSIMA	- DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA	- FORO

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e do outro, e do outro, **GROS ENGENHARIA LTDA**, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede na sede no Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Sr. **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da carteira de identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por seu Diretor de Planejamento e Relações Institucionais **EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF nº [REDACTED] e a empresa **GROS ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 05.436.887/0001-89, com sede na Avenida Paulista nº 2028, 11º andar, CXPST 1018, Bela Vista, São Paulo/SP doravante denominada CONTRATADA neste ato representada pelo seu Representante Legal Sr. **DENIS EMMANUEL DA COSTA BORGES** portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED], vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da modalidade **Dispensa de Licitação nº 002-2026/GALIC/P/CBTU**, Processo Administrativo **PROT nº 1733/2025**, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019 (se for o caso), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada Contratação de empresa especializada para **execução de serviços de reforma e adequação de imóvel da CPTM, localizado na Alameda Cleveland, nº 408, Campos Elíseos, São Paulo/SP, cedido à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, destinado à instalação de seu escritório administrativo na capital paulista, em substituição ao atual imóvel a ser desocupado, para atendimento a desempregados, aposentados e pensionistas na região, bem como para realização de agendas**

institucionais e reuniões técnicas da CBTU em São Paulo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o edital do **na modalidade Dispensa de Licitação nº 002-2026/GALIC/P/CBTU**, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por Preço Global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhamentos, constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

2.2. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

2.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.5.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.5.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de **03 (três) meses**, contados a partir da assinatura do contrato.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2. A **CBTU** mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a **CBTU**;

3.2.4. O valor do contrato será considerado vantajoso para **CBTU** quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação;

3.2.5. A **CONTRATADA** concorde expressamente com a prorrogação.

3.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

3.2.7. O valor global da contratação não supere os limites previstos nos incisos I e II, do art. 204, do RILC/CBTU.

3.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. É possível a prorrogação deste contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

3.4.1. No caso da prorrogação ser por prazo superior ao contratado originalmente, deverá ser demonstrado tecnicamente, com base na complexidade e/ou na peculiaridade do objeto, o benefício advindo para a **CBTU**.

3.5. A prorrogação deste contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3.6. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, se for o caso.

4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de Execução - OEX e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

4.2. Será emitida uma Ordem de Execução - OEX para cada exercício fiscal.

4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

4.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

4.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

4.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

4.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO

5.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de R\$ 163.996,26 (cento e sessenta e três mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos) conforme proposta da contratada, que será pago de acordo com os serviços executados.

5.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos serviços, assim como o lucro da **CONTRATADA**.

5.4. Salvo na hipótese de o início da prestação dos serviços coincidir com o primeiro dia do mês, os pagamentos referentes ao primeiro e ao último mês de vigência deste contrato serão realizados **pro rata die**.

6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O documento de cobrança relativo aos serviços executados deverá ser entregue no Protocolo da CBTU no endereço Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902, entre o 1º e o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação dos serviços, desde que haja certificação pela gestão/fiscalização do contrato. A **CBTU** terá o prazo de até 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento, contados a partir da data do recebimento do documento de cobrança no protocolo geral da CBTU/STU-REC. Todos os pagamentos serão efetuados pela **CBTU** em moeda corrente nacional através de Ordem bancária, com crédito em conta-corrente da **CONTRATADA**, que deverá indicar em seus documentos de cobrança (nota fiscal/fatura), os seus dados bancários, não sendo aceitos, sob qualquer pretexto, cobrança bancária ou títulos negociados com *factoring*.

6.2. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

6.2.1. Nota fiscal/fatura, que deverá ser submetida à atestação pela gestão/fiscalização do contrato;

6.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

6.2.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

6.3. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

6.4. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito a **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

6.4.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

6.5. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

6.6. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, *pro rata die*, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.7. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.8. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 6.6 e 6.7 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

6.9. A **CBTU** poderá mediante retenção de pagamentos, ressarcir as quantias que lhes sejam devidas pela contratada, quaisquer que sejam a natureza e origem desses débitos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2026**, conforme classificação abaixo:

7.1.1. Programa de Trabalho: 15453003228430000

7.1.2. Elemento de Despesa: 51 – OBRAS E INSTALAÇÕES

7.1.3. Plano Interno: S1DEAA01

7.1.4. Categoria Econômica: 4 – Despesa de Capital

7.1.5. Nota de Empenho: 2026NE000324, datado de 03/03/2026

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Custos da Construção - M (INCC - M) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicando-se a seguinte fórmula:

$R = P_0 [(I - I_0) / I_0]$ sendo:

R= Valor do reajuste procurado;

P₀ = Valor da medição a ser reajustada;

I = Índice INCC-M, correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;

I₀ = Índice INCC-M, correspondente a data do mês da proposta.

Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

8.2.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2.2. As faturas correspondentes ao reajustamento deverão ser extraídas e processadas em separado da fatura do principal a fim de que o pagamento destas últimas não seja prejudicado, no caso de dúvidas sobre o reajuste.

8.2.3 Caso a **CONTRATADA** não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

8.2.4 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado, o índice de reajuste estipulado no item 8.2, ou ainda não tenha sido possível à **CBTU** ou à **CONTRATADA**

proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão

8.3. Nos casos em que a entrega do objeto contratado esteja prevista em cronograma, havendo atraso ou antecipação na entrega do objeto que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CONTRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

8.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

8.3.1.1. aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

8.3.1.2. diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

8.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

8.4. Na hipótese de atraso por culpa da **CBTU**, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuírem.

8.5 A Matriz de Riscos está definida no Anexo do Termo de Referência (anexo I deste contrato) e estabelece os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato. (SE FOR O CASO)

8.5. O reajuste será realizado através do Termo de Apostilamento, conforme art. 238-A do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU/RILC.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

9.1.1. **Caução em dinheiro:** deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

9.1.2. **Seguro-garantia:** a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

9.1.3. **Fiança bancária:** a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

9.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

9.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo o deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

9.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.3.2. prejuízos causados a administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

9.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias e para com o FGTS de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

9.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 9.3.1 a 9.3.4, do item anterior.

9.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de **seguro-garantia** ou **fiança bancária**, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

9.6. Quando a garantia se consolidar através de **seguro-garantia**, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

9.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

9.7. A **CBTU** oferecerá modelo de **Carta de Fiança**, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

9.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

9.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 9.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

9.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

9.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

9.10.1. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

9.12. Será considerada extinta a garantia:

9.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

9.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

9.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.12.4. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

9.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

9.13.1. Caso fortuito ou força maior;

9.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

9.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

9.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

9.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 9.13.3 e 9.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

9.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9.13 desta Cláusula.

9.16. A **CBTU** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.16.1. O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificada pela **CBTU** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

9.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da **CBTU** e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.18. A **CBTU** deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

9.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **CBTU** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

9.2 GANTIA TÉCNICA

9.2.1 Os equipamentos que forem substituídos e os serviços prestados pela **CONTRATADA** deverão possuir garantia de 1 (um) ano após a data de instalação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

10.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sempre que solicitado pela **CBTU**;

10.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

10.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

10.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.5. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados e, em sendo o caso, de seus subcontratados autorizados, responsabilizando-se integralmente por todos os atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.

10.1.6. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela **CBTU**, bem como pela execução e qualidade dos serviços contratados, utilizando-se de pessoal qualificado, equipamentos, materiais e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar a **CBTU** sobre falhas técnicas ou quaisquer anormalidades eventualmente encontradas.

10.1.7. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal, por meios próprios ou mediante fornecimento de passagens, inclusive em caso de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário.

10.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.9. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.

10.1.10. Responder por todos os danos causados diretamente à **CBTU** ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença daquela ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.

10.1.11. Observar o horário de trabalho estabelecido pela **CBTU**, em conformidade com a legislação trabalhista.

10.1.12. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.1.13. Recrutar, selecionar e encaminhar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida no edital e/ou no termo de referência.

10.1.14. Submeter a relação dos empregados e/ou subcontratados que prestarão os serviços objeto deste contrato, previamente, à **CBTU**, podendo esta requerer a substituição daqueles que, a seu juízo, não preenchem as condições de idoneidade e de capacidade exigível para os serviços, bem como daqueles que venham a apresentar, dentro das dependências da **CBTU**, comportamento em desacordo com a legislação, normas internas ou RILC/CBTU.

10.1.15. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.

10.1.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato.

10.1.17. Refazer o serviço que, a juízo da **CBTU**, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

10.1.18. Manter seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme.

10.1.18.1. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo **CONTRATANTE**.

10.1.19. Fornecer uniformes para cada funcionário, sujeitos à aprovação pela **CBTU**, na periodicidade e quantitativos previstos no Termo de Referência – Anexo I.

10.1.20. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

10.1.21. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e incêndios.

10.1.22. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à **CBTU** o acesso ao controle de frequência.

10.1.23. Pagar até o 5º dia útil os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos.

10.1.24. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a **CBTU**, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade.

10.1.25. Colocar à disposição da **CBTU**, diariamente, o número de funcionários previsto nas especificações técnicas estabelecida no Termo de Referência e, quando for o caso, o quantitativo necessário para cobertura de eventuais faltas, as quais serão motivos de glosa com base nos custos apresentados à **CBTU**, na fatura do mês correspondente, caso não haja reposição de pessoal num prazo máximo de 1 (uma) hora.

10.1.26. Encaminhar à **CBTU**, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los.

10.1.27. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à **CBTU**.

10.1.28. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros ou propriedade de marcas que tenham relação com o objeto deste contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo administrativo ou judicial iniciado em face da **CBTU**, por acusação desta natureza.

10.1.29. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da **CONTRATADA** perante a **CBTU**, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

10.1.30. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos

serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.1.31. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.

10.1.32. Apresentar notas fiscais, discriminando preço e quantidade de todos os produtos utilizados mensalmente, acompanhada de relação contendo os nomes dos produtos, marcas, quantidades, volumes, pesos, dentre outros.

10.1.32. Realizar a manutenção dos equipamentos e de seus acessórios necessária à execução dos serviços.

10.1.34. Substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação pela gestão e/ou pela fiscalização do contrato, os equipamentos quando apresentarem defeitos ou rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, devendo submeter os novos equipamentos à avaliação formal da **CBTU**.

10.1.35. Não retirar equipamentos das dependências da **CBTU**, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por equipamento similar ou de tecnologia superior e desde que haja prévia autorização da **CBTU**.

10.1.36. Fornecer os materiais, insumos e/ou equipamentos discriminados nas Planilhas de Quantidades e Orçamento de Materiais, ou instrumento equivalente, do edital da licitação, ficando facultada à **CBTU** a aquisição direta daqueles reiteradamente solicitados e não entregues, cuja falta possa comprometer a higienização, a manutenção e os serviços na sede da **CBTU**, bem como a efetuação de glosa correspondente ao valor despendido com os materiais faltantes, na fatura do mês em que o fato ocorrer, sem prejuízo de aplicação de penalidade prevista neste contrato.

10.1.37. Não proceder à retirada dos materiais, insumos, equipamentos e utensílios colocados à disposição da **CBTU**, exceto em caso de não atenderem às especificações objeto deste contrato.

10.1.38. Usar o material constante no termo de referência e outros produtos necessários, que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, todos de primeira qualidade, com embalagens originais de fábrica ou de comercialização, que não causem danos a pessoas ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, redes de computação, água e esgoto e às demais instalações existentes na **CBTU**.

10.1.39. Comunicar, previamente, eventual necessidade de substituição de material especificado, com as devidas justificativas. O produto para reposição deverá ser aprovado pela gestão e pela fiscalização e sua remessa cessará tão logo normalize a causa impeditiva.

10.1.40. Utilizar equipamentos de primeira qualidade, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações da **CBTU** e à prestação dos serviços;

10.1.41. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso

10.1.42. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.1.42. Relacionar, antes de iniciar os serviços, os equipamentos a serem utilizados, fornecendo sua descrição sumária, e apresentar previamente para avaliação e aprovação da fiscalização.

10.1.43. Realizar a manutenção dos equipamentos e de seus acessórios necessária à execução dos serviços.

10.1.44. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, em plena validade;

10.1.45. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

10.1.46. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

10.1.47. Substituir, imediatamente, a pedido da **CBTU**, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, os equipamentos que apresentarem rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade.

10.1.48. Não retirar equipamentos das dependências da **CBTU**, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por equipamento similar ou de tecnologia superior e desde que haja prévia autorização da **CBTU**.

10.1.49. Fornecer o material de consumo discriminado nas Planilhas de Quantidades e Orçamento de Materiais do Edital, ficando facultada à **CBTU** a aquisição (no mercado) dos materiais reiteradamente solicitados e não entregues, cuja falta possa comprometer a higienização, a manutenção e os serviços na sede da **CBTU**, bem como a efetuação de glosa correspondente ao valor despendido com os materiais faltantes, na fatura do mês em que o fato ocorrer, sem prejuízo de aplicação de penalidade prevista neste contrato.

10.1.50. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências da **CBTU** membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), quando exigido pelas normas de segurança do Trabalho.

10.1.51 Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, cartão cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

10.1.52. Efetuar o pagamento mensal dos empregados em agência bancária; e

10.1.53. Providenciar no prazo de 60 (sessenta) dias, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias.

10.1.54. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

10.1.55. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.1.56. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.1.57. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.1.58. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;

10.2. É de responsabilidade da **CONTRATADA**, as seguintes obrigações sociais:

10.2.1. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, que deverão ser saldados em época própria, pela **CONTRATADA**, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CBTU**;

10.2.2. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecida em dependência da **CBTU**;

10.2.3. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

10.2.4. Os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação

10.2.5. A **CONTRATADA** deverá apresentar **declaração de responsabilidade** exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, nos termos do artigo 212 do RILC;

10.3. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CBTU**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.4. Deve a **CONTRATADA**, ainda, observar as seguintes obrigações especiais:

10.4.1. Providenciar a devolução do crachá de acesso às dependências da **CBTU**, quando do término do contrato, bem como ressarcir a **CBTU** por eventuais extravios ou danos;

10.4.2. Prestar, se necessário e a critério da **CBTU**, a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que a **CBTU** comunique previamente à **CONTRATADA** podendo, neste caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e a prevista no dissídio da categoria envolvida.

10.5. A listagem de material/equipamento constante do Anexo do Edital não exime a **CONTRATADA** da total responsabilidade do fornecimento de outros materiais, insumos ou equipamentos necessários a uma prestação de serviços com a qualidade exigida pela **CBTU**.

10.5.1. Fica vedado à **CONTRATADA** recorrer a setores ou empregos da **CBTU** para efetuar reparos ou consertos em equipamentos de sua propriedade, devendo substituir qualquer equipamento julgado inadequado ou ineficiente para realização dos serviços;

10.5.2. Quando houver necessidade de compensação de horários para cumprimento da jornada semanal em que a carga horária ultrapasse o período de 8 (oito) horas, fica a empresa obrigada a apresentar acordo individual escrito ou acordo coletivo em que haja a previsão da compensação.

10.6. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

10.6.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CBTU**, ativo ou aposentado, há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato;

10.6.2. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

10.6.3. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

10.6.3.1. Na hipótese de subcontratação de serviços, a **CONTRATADA** deverá assumir a inteira responsabilidade decorrente do disposto neste Contrato.

10.6.4. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

10.7. A **CONTRATADA** deverá ainda:

10.7.1. Implementar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as dependências da **CBTU**.

10.7.2. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

10.7.3. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

10.7.3.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluíntes;

10.7.3.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

10.7.3.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

10.7.3.4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e

10.7.3.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

10.7.4. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

10.7.5. Tratamento idêntico deverá ser dispensado às lâmpadas fluorescentes e aos frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

11.1.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.1.1.1. Em havendo alteração deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CBTU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

11.1.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

11.1.4. Verificar, mensalmente, o cumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução deste contrato, em especial quanto:

11.1.4.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

11.1.4.2. À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

11.1.4.3. À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

11.1.4.4. Aos depósitos do FGTS; e

11.1.4.5. Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados.

11.1.5. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

11.1.6. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.1.7. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

11.1.8. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

11.1.9. Entregar desimpedida e desembaraçada a área indispensável à execução dos serviços para a **CONTRATADA**, quando for o caso;

11.1.10. Providenciar o acesso da **CONTRATADA** aos locais onde serão realizados os serviços, quando for o caso;

11.1.11. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para a execução dos serviços, quando for o caso;

11.1.12. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no edital e no termo de referência, solicitando à **CONTRATADA** as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

11.1.13. Notificar, sempre por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

11.1.14. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

11.1.15. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

11.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

11.3. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**, tais como:

11.3.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

11.3.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela **CONTRATADA**;

11.3.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da **CONTRATADA**;

11.3.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

11.3.5. demandar a funcionário da **CONTRATADA** a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

11.3.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da **CBTU** na gestão interna da **CONTRATADA**.

11.4 A **CBTU** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRIBUTOS

12.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

12.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.

12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.6 da Cláusula Quarta.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

14.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução dos serviços e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU ou outra que venha a substituí-la.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

15.1.1. Provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

15.1.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato ou comissão especialmente designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este que será de, no máximo, 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.

15.2. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que

o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

15.2.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

15.3. O objeto não será recebido se executado em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

15.5. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

15.6. O procedimento para o recebimento provisório e definitivo dos serviços objeto deste contrato observarão, ainda, as regras dispostas na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **CONTRATADA**, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela **CBTU**, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.2. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de qualificação técnica, exigidas da **CONTRATADA** no certame licitatório.

16.3. A subcontratação sem a autorização da **CBTU** a que se refere o item 17.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2. A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente

contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3. A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4. A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

19.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

19.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

20.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas, preferencialmente, através de Termo Aditivo.

20.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

20.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

20.4. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previstos neste contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

21.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

21.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

21.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

21.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

21.3.1. Advertência;

21.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

21.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

21.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

21.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

21.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

21.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

21.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

21.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

21.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

21.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

21.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

21.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

21.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no art. 337-E ao 337-P instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

22.1. Este contrato será extinto:

22.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

22.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

22.1.3. Pela sua rescisão.

22.1.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CBTU**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

22.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

22.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa dias).

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

22.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

22.3. Além das hipóteses acima, constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU, sendo dispensável observar o prazo previsto no subitem 22.2.1. desta Cláusula.

22.2.1. A **CBTU** poderá rescindir este contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, em caso de não pagamento pela **CONTRATADA** dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS.

22.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

22.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSO ADMINISTRATIVO

23.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

23.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

24.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

24.1.1. COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

24.1.1.1. Endereço: Setor Bancário Norte Q1, Asa Norte, Brasília, CEP 70041-902, 9º ao 13º andar;

24.1.1.2. Correio Eletrônico: acjoia@cbtu.gov.br

24.1.1.3. Telefone: (61) 99464-8228;

24.1.2. Empresa: GROS ENGENHARIA LTDA;

24.1.2.1. Endereço: Avenida Paulista, nº 2028, 11º andar, CXPST 1018, Bela Vista – São Paulo/SP

24.1.2.2. Correio Eletrônico: comercial@gros.com.br ;

24.1.2.3. Telefone: (11) 94454-0669

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ANEXOS

25.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 25/02/2026; e

25.1.3. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf

25.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

26.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PROTEÇÃO DE DADOS

27.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

27.2. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

27.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

27.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

27.5. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da **CBTU**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

27.6. A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma

de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

27.7. A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

28 CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

28.1. Compete à **CONTRATADA**, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 22 do RILC/CBTU.

28.2. A **CONTRATADA** se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a **CBTU**, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: DE MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADE

29.1 A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre a **CBTU** e a **CONTRATADA** e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

29.2. A **CONTRATADA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS – Anexo II do Termo de Referência.

29.3. A **CONTRATADA** não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à **CBTU**, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS – Anexo II do Termo de Referência.

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

30. 1. Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

30.2. Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

30.3. Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

30.4. Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

30.4.1 prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

30.4.2. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

30.4.3 obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

30.4.4. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;

30.4.5 De qualquer maneira fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 alterada, do Decreto nº 11.129/2022 alterado, do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 alterado ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente contrato.

31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

31.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

31.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

32.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos

artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, de de

-Contratante -

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

José Marques de Lima
Diretor-Presidente

Eduardo Oliveira Coimbra
Diretor de Planejamento e Relações Institucionais

-Contratada-

GROS ENGENHARIA LTDA

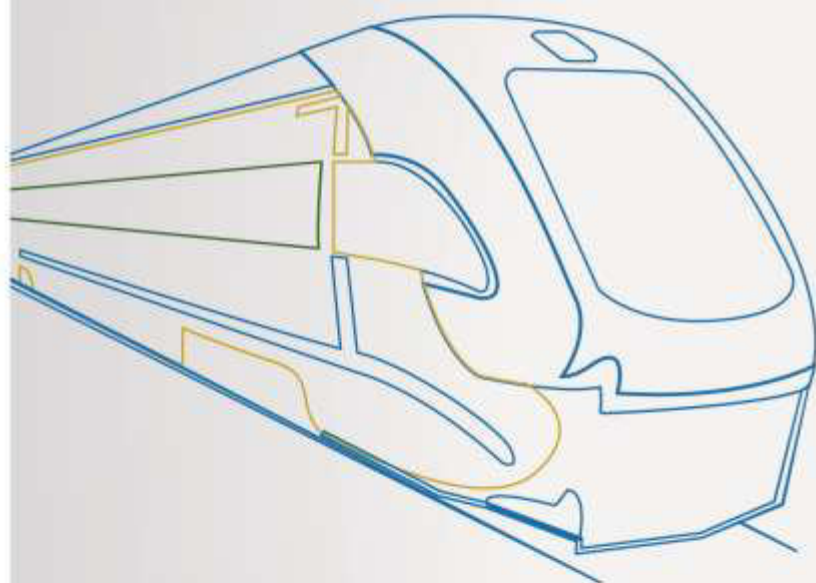
Denis Emmanuel da Costa Borges
Representante legal

Testemunhas:

1 - _____ CPF: _____

2 - _____ CPF: _____

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa para reforma e adequação de imóvel destinado ao escritório da CBTU em São Paulo

GERÊNCIA GERAL DE COORDENAÇÃO E PROGRAMAS - GAPRO

DIRETORIA TÉCNICA



Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE	3
2. OBJETO	3
3. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO	4
4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	5
5. REQUISITOS E CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO	5
6. DA VISITA TÉCNICA	8
7. RESPONSABILIDADE DAS PARTES	8
8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	10
9. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO	10
10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	11
11. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÕES	12
11.1. CONSÓRCIOS	12
12. GARANTIA	13
13. CRITÉRIOS DE REVISÃO CONTRATUAL	15
14. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA	15
15. ANÁLISE DE RISCOS	18
16. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	19
17. DISPOSIÇÕES GERAIS	21
18. ANEXOS	22

TERMO DE REFERÊNCIA 2026



GERÊNCIA GERAL DE COORDENAÇÃO E PROGRAMAS - GAPRO

DIRETORIA TÉCNICA

**Contratação de empresa para reforma e adequação de imóvel destinado ao escritório da
CBTU em São Paulo.**

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

Necessidade de contratação que se pretende analisar e mensurar no decorrer deste documento tem por objeto a necessidade de contratação de empresa para reforma em imóvel comercial que será o escritório da CBTU para atendimento dos trabalhadores aposentados e pensionistas que se encontram na região de São Paulo.

A realização desta mudança de escritório se dá pela necessidade da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) de desocupação das salas no Edifício Antigo Posto Médico, atual localização do escritório CBTU-SP, através do CPTM-Ofício-GPM-019/2024 informando da necessidade de desocupação para interesse das atividades administrativas e operacionais junto ao pátio e a estação da Luz, sendo este um complexo estratégico para o uso da CPTM.

Em reunião realizada em novembro de 2024, a CBTU e a CPTM chegaram num consenso e foi definida a título gratuito a CBTU a disponibilização de outro imóvel para uso da companhia em seu novo escritório na capital paulista para atendimento dos pensionistas e aposentados ferroviários, bem como um espaço físico com condições adequadas de utilização pelos colaboradores da CBTU lotados no escritório atual.

Foi elaborado o laudo técnico de vistoria, sob supervisão da Diretoria Técnica, a fim de corroborar com a aprovação do imóvel e levantamento das necessidades de reforma e adaptações necessárias para operacionalização do escritório.

Serão também apresentadas considerações da área demandante, de forma a avaliar a melhor forma de contratação, tanto em relação aos recursos financeiros, quanto à operacionalização das demandas envolvidas no processo de contratação.

2. OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma e adequação de imóvel da CPTM, localizado na Alameda Cleveland, nº 408, Campos Elíseos, São Paulo/SP, cedido à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, destinado à instalação de seu escritório administrativo na capital paulista, em substituição ao atual imóvel a ser desocupado, para atendimento a desempregados,

aposentados e pensionistas na região, bem como para realização de agendas institucionais e reuniões técnicas da CBTU em São Paulo.

3. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

Necessidade de contratação que se pretende analisar e mensurar no decorrer deste documento tem por objeto a necessidade de contratação de empresa especializada para reforma em imóvel comercial que será o escritório da CBTU para atendimento a aposentados e pensionistas que se encontram na região de São Paulo.

A realização desta mudança de escritório se dá pela necessidade da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) de desocupação das salas no Edifício Antigo Posto Médico, atual localização do escritório CBTU-SP, através do CPTM-Ofício-GPM-019/2024 informando da necessidade de desocupação para interesse das atividades administrativas e operacionais junto ao pátio e a estação da Luz, sendo este um complexo estratégico para o uso da CPTM.

Para referência espacial da localização do imóvel, tal trabalho de reforma a ser realizado, o anexo deste Termo de Referência apresenta o Laudo Técnico de Vistoria com endereço do escritório georreferenciado definindo com precisão adequada ao local de trabalho.

Em reunião realizada em novembro de 2024, a CBTU e a CPTM chegaram num consenso e foi definido à título gratuito a CBTU a disponibilização de outro imóvel para uso da companhia em seu novo escritório na capital paulista para atendimento dos pensionistas e aposentados ferroviários, bem como um espaço físico com condições adequadas de utilização pelos colaboradores da CBTU lotados no escritório.

O objeto da presente contratação é relevante para que a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) possa, com qualidade, atender aos pensionistas e aposentados ferroviários localizados no Estado de São Paulo, numa região de fácil acesso e em área central do município, facilitando o acesso a pessoas com dificuldades de locomoção e de idade avançada, proporcionando acessibilidade e conforto aos usuários do escritório, bem como dar qualidade de trabalho aos colaboradores da CBTU locados na região.

Esta iniciativa dará oportunidade à população da região de ter mais uma forma de acesso a companhia, bem como facilitar o trânsito de informações e documentos junto à Administração Central, localizada em Brasília.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações técnicas relativas à reforma do imóvel encontram-se devidamente definidas e detalhadas no Memorial Descritivo, na Memória de Cálculo e no Laudo Técnico de Vistoria, todos elaborados pela equipe de engenharia da CBTU, por intermédio da Diretoria Técnica, no âmbito dos estudos preparatórios para adequação da edificação.

O Laudo Técnico de Vistoria, datado de abril de 2025, apresenta o diagnóstico das condições estruturais, elétricas, hidráulicas, de acabamento e de segurança do imóvel localizado na Alameda Cleveland, nº 408, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01218-000, identificando as intervenções necessárias para sua adaptação ao uso como escritório administrativo da CBTU.

O Memorial Descritivo estabelece de forma clara os serviços a serem executados, os padrões técnicos exigidos, os materiais a serem empregados, os critérios de qualidade e as condições mínimas de execução. A Memória de Cálculo, por sua vez, detalha os quantitativos levantados em campo, dimensionamentos e parâmetros técnicos utilizados para composição dos custos estimados da obra.

Os referidos documentos técnicos, que integrarão o presente Termo de Referência como anexos, contêm elementos suficientes, claros e objetivos para que as empresas interessadas possam compreender integralmente o escopo da contratação, realizar a adequada composição de seus custos, elaborar suas propostas comerciais e participar do certame com base em critérios técnicos uniformes.

A execução dos serviços deverá ser realizada por empresa especializada, com equipe técnica habilitada e devidamente registrada no CREA, observando-se as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de engenharia e as disposições constantes nos documentos técnicos que compõem o processo.

5. REQUISITOS E CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO

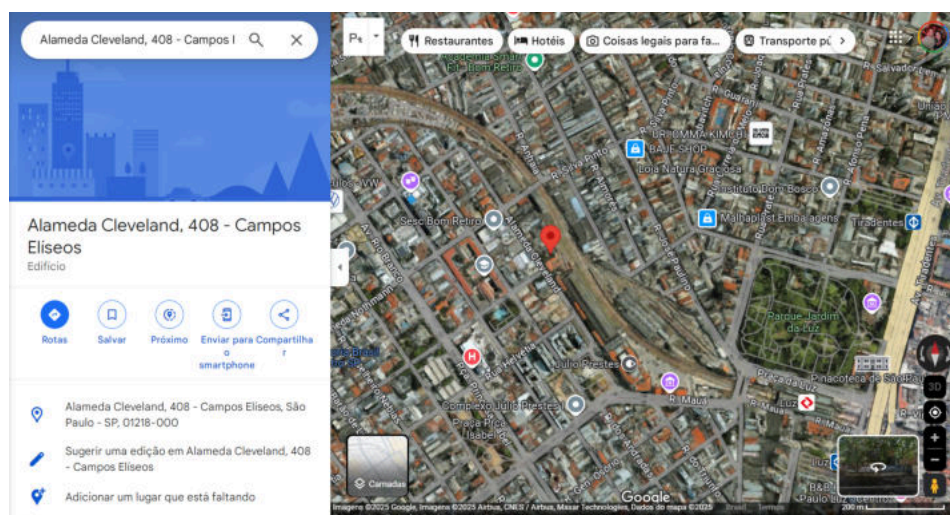
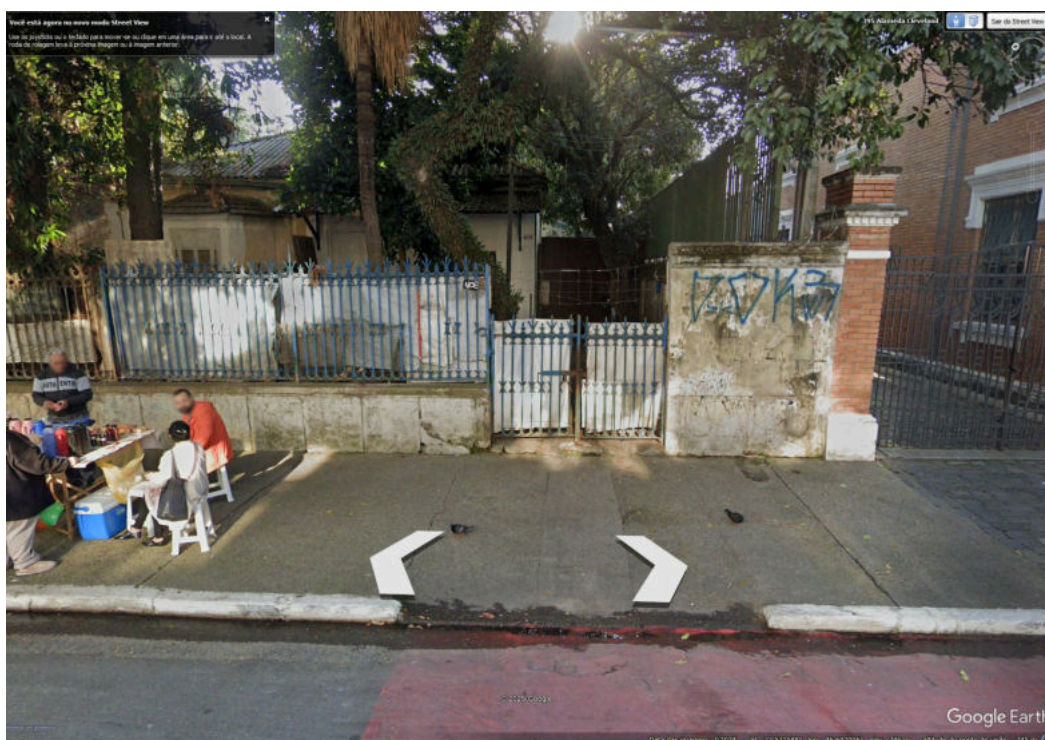
Considerando a justificativa e necessidade de contratação, bem como a especificação técnica o levantamento de campo deve ser realizado no seguinte local:

Localização: Alameda Cleveland 408, ao lado da Estação Júlio Prestes, na Linha 08 – Diamante.

O imóvel está localizado na faixa de domínio do sistema atualmente operado pela CPTM, a 800m

da Estação da Luz e 500m do pátio de manutenção (local do escritório atual da CBTU).





Localização espacial do Imóvel

6. DA VISITA TÉCNICA

5.1. A visita técnica não é obrigatória. O profissional interessado em participar da licitação poderá realizar visita técnica, caso haja necessidade. A visita tem por finalidade conhecer as áreas e os locais, bem como as possíveis interferências necessárias para realização do serviço;

5.2. A visita poderá ser realizada, no horário das 08:30 às 16:30h, até o penúltimo dia útil anterior à data da licitação, mediante prévio agendamento solicitado até o 5º dia útil que precede a licitação, agendando com a CBTU através dos Sr. André Joia (61-99464-8228).

5.3. Após a realização da visita o profissional receberá uma cópia do Atestado de Visita Técnica, em anexo, que será emitido ao final da mesma.

7. RESPONSABILIDADE DAS PARTES

6.1. Serão de inteira responsabilidade do CONTRATADA:

6.1.1. A CONTRATADA deverá adotar todas as providências necessárias para a execução deste serviço;

6.1.2. Utilizar os equipamentos necessários para execução do serviço em perfeitas condições de utilização;

6.1.3. Observar normas internas e regulamentações da CONTRATANTE, sempre quando estiver nas dependências desta;

6.1.4. Designar um preposto para tratar de todos e quaisquer assuntos relativos ao andamento do contrato, devendo sempre se reportar ao Gestor e/ou Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE;

6.1.5. Apresentar ao final da execução do serviço, a Nota Fiscal - Fatura, para conferência, atestação, liquidação e pagamento, no prazo máximo de 30 dias, contados da entrega dos documentos na sede da CONTRATANTE, setor de Protocolo ou por meio digital, via e-mail;

6.1.6. Manter seus empregados devidamente uniformizados com vestuário apropriado, para os serviços a executar, portando crachás de identificação para uso sobre o uniforme, de forma visível, zelando pela sua boa apresentação, sendo vedada a presença nas dependências da CONTRATANTE, de empregado trajando roupas distintas do uniforme, ou calçados considerados inadequados pela CONTRATANTE;

- 6.1.7. Responsabilizar-se perante a CONTRATANTE, por qualquer ato ou omissão de seus prepostos e / ou empregados, quando da realização dos serviços contratados;
- 6.1.8. Comunicar por escrito, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer dano ou anormalidade que causar ou constatar no patrimônio da CONTRATANTE;
- 6.1.9. Observar e informar a todos os seus empregados designados para prestar serviços nas dependências da CONTRATANTE, das normas e procedimentos da mesma, observando seu cumprimento, principalmente no que se refere à segurança do trabalho, prevenção contra incêndio e disciplina de seus empregados;
- 6.1.10. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos ou faltas causadas pelos seus empregados, aos bens da CONTRATANTE, e/ou terceiros;
- 6.1.11. Elaborar laudo técnico pericial seguindo todos os preceitos e diretrizes baseados na legislação vigente bem como seguir as recomendações dos órgãos de avaliação pericial de engenharia.

6.2. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATANTE:

- 6.2.1. Pagar à CONTRATADA a importância devida pelos serviços prestados, de acordo com o estabelecido no Contrato, observando o disposto nas cláusulas contratuais;
- 6.2.2. Facilitar o acesso da CONTRATADA às suas dependências para a realização dos serviços, fornecendo as informações solicitadas quando estas forem inerentes à prestação dos serviços;
- 6.2.3. Designar, por escrito, um ou mais profissionais de seus quadros, para servirem de elemento de ligação com a CONTRATADA, no acompanhamento de todos os assuntos inerentes ao objeto do Contrato;
- 6.2.4. Disponibilizar local para guarda dos equipamentos necessários para execução do serviço;
- 6.2.5. Providenciar junto à CBTU a emissão da Nota Fiscal de Remessa do serviço técnico realizado, que será emitida pela CBTU;
- 6.2.6. Disponibilizar toda e qualquer informação necessária para a CONTRATADA, pertinente a realização

do serviço.

6.3. Exoneração de responsabilidades:

6.3.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior;

6.3.2. As partes cuja prestação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução pactuada;

6.3.3. Cessado o impedimento, retoma-se a execução do contrato, prorrogado o respectivo prazo de tantos dias quanto tiverem sido os de sua paralisação, ressalvada à CONTRATANTE, se essa paralisação tiver sido superior a 10 (dez) dias, a faculdade de rescindi-lo nos termos deste instrumento.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. A CONTRATANTE receberá definitivamente o serviço, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da entrega do Laudo Técnico Pericial, produto final após revisão e recebimento provisório inicialmente feito pela CONTRATADA.

7.2. O prazo máximo para resolução de inconsistência proveniente do serviço prestado pela CONTRATADA será de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente pela CONTRATANTE.

9. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO

O julgamento das propostas será realizado com fundamento no art. 54 da Lei nº 13.303/2016, adotando-se como critério o **MENOR PREÇO**.

Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global para a execução do objeto, desde que atendidas integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no

instrumento convocatório, especialmente quanto às especificações técnicas, requisitos de habilitação, exequibilidade e demais exigências administrativas.

A proposta deverá ser enviada em papel timbrado da empresa, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

- Nome da empresa (Razão Social);
- Endereço;
- CNPJ;
- Telefone e/ou e-mail;
- Validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após entrega da nota fiscal atestada pelo fiscal;
- Forma de envio (CIF);
- Prazo de execução conforme o cronograma;
- Prazo de garantia;
- Impostos incluídos;
- Assinatura do responsável pela elaboração da proposta com CPF e RG;

O Regime de execução será Empreitada por Preço Global.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para comprovação da CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL, as licitantes deverão apresentar na fase de habilitação:

Apresentação do Registro / Certidão de Inscrição da empresa e dos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro do prazo de validade, da região da sede da licitante, nos termos da Lei 5.194 de 24/12/1966 e da Lei 12.378 de 31/12/2010, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação.

Certidão de Acervo Operacional (CAO) emitida pelo CREA, em conformidade com o art. 53 e seguintes da Resolução 1.137/2023 do CONFEA (válida a partir de 3 de agosto de 2023), ou Certidão de Acervo Técnico (CAT-O) emitida pelo CAU/UF, em conformidade com o art. 21-A da Resolução 93/2014, alterada pela

Resolução nº 243/2023, ambas do CAU/BR (válida a partir de 1º de março de 2024) comprovando a aptidão ou experiência anterior compatível em características, quantidades e/ou prazos com as parcelas de maior relevância técnica e/ou econômica do objeto desta licitação de acordo com a quantidade mínima aceitável prevista abaixo, podendo utilizar o somatório de atestados para comprovação da aptidão requisitada nas parcelas de maior relevância

- Serviços previstos conforme memorial descritivo de reforma de escritório:
 - Quantidade prevista (área da reforma) = 131 m²
 - Quantidade mínima aceitável = 65 m²

O corpo técnico da empresa deverá possuir currículo condizente com a capacidade técnica para elaboração da reforma predial, bem como registro pela exigência da profissão possuir registro junto ao CREA.

11. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÕES

11.1. CONSÓRCIOS

Fica vedada a formação de consórcios para a contratação do objeto deste Termo;

A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta

complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

11.2. SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação do objeto, uma vez que pelas características técnicas da modalidade de inexigibilidade de licitação, deverá ser seguido os requisitos de qualificação técnica necessários para execução dos serviços;

12. GARANTIA

11.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

11.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato.

11.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

11.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

11.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

11.3. A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.

11.4. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.4.1. Os prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

- 11.4.2. Prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 11.4.3. As multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA.
- 11.5. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior.
- 11.6. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.
- 11.7. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.
- 11.8. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.
- 11.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, e dos artigos 239 e 240, do RILC/CBTU.
- 11.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.
- 11.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.
- 11.12. Será considerada extinta a garantia:
- 11.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;
- 11.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.

11.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.13. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

11.13.1. Caso fortuito ou força maior;

11.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

11.13.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;

11.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.

11.14. Caberá à própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.3.3 e 13.3.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.

11.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Termo de Referência.

13. CRITÉRIOS DE REVISÃO CONTRATUAL

12.1. O valor do contrato será fixo e irrevogável;

12.2. As condições e sugestões pré-concebidas para fatos supervenientes à assinatura do contrato que alterem o equilíbrio do mesmo estão dispostas no Anexo “Matriz de Risco”.

14. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA

14.1. A vigência do contrato será de 3 meses, a partir da assinatura do contrato;

14.2. O prazo de execução do objeto será de 1 mês (cronograma físico anexo) contados a partir da assinatura da Ordem de Execução;

14.3. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.3.1. COMPETE AO GESTORES

14.3.1.1. Responder pelo acompanhamento, coordenação e comando da fiscalização da execução contratual, observando os aspectos físicos e financeiros da obra, do serviço e/ou fornecimento para o qual foi designado, reportando-se

- aos seus superiores hierárquicos sempre que entender necessário e/ou não possuir competência para a decisão pretendida;
- 14.3.1.2. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do instrumento contratual;
 - 14.3.1.3. Solicitar do(s) fiscal(ais) todas as informações necessárias a fim de subsidiar a elaboração de relatórios e a tomada de decisões;
 - 14.3.1.4. Verificar, previamente, e comunicar à CONTRATADA o prazo de validade das garantias contratuais, objetivando a renovação e/ou substituição;
 - 14.3.1.5. Coordenar a fiscalização da execução da obra, dos serviços e/ou fornecimentos, de acordo com as especificações técnicas expressas no instrumento contratual;
 - 14.3.1.6. Aprovar e encaminhar, ao órgão estrutural pertinente, os documentos de cobranças apresentados a CBTU, adotando, previamente, as seguintes providências:
 - 14.3.1.6.1. Zelar para que, nos instrumentos contratuais que prevejam reajuste de preços, as faturas do valor principal sejam emitidas separadamente das faturas de reajuste;
 - 14.3.1.6.2. Verificar se os documentos de cobrança (nota fiscal, fatura, recibo, entre outros) estão acompanhados das planilhas de medição e/ou dos comprovantes de recebimento com suas respectivas memórias de cálculo atestadas pelo fiscal;
 - 14.3.1.6.3. Justificar, no caso de glosas e multas, a razão de suas aplicações;
 - 14.3.1.6.4. Atestar as memórias de cálculo de Reajuste/Repactuação e/ou atraso de pagamento;
 - 14.3.1.6.5. Encaminhar, nos contratos de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra, os processos de pagamento para ateste prévio, pelos gestores das áreas Financeira e de Recursos Humanos de sua unidade, quanto ao cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas do contrato, sendo tais atestes pré-requisitos para o envio para liquidação e pagamento.

- 14.3.1.7. Exigir da contratada os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, de âmbito municipal, estadual e federal, em conformidade com a legislação pertinente;
- 14.3.1.8. Apresentar as justificativas, ao órgão estrutural pertinente, para as alterações das cláusulas contratuais que se façam indispensáveis ao sucesso do instrumento contratual;
- 14.3.1.9. Formalizar à CONTRATADA a equipe técnica própria, ou de terceiros, que apoiará o fiscal do instrumento contratual no exercício de suas atribuições;
- 14.3.1.10. Elaborar e manter atualizado o relatório de execução físico-financeiro do instrumento contratual, de forma a subsidiar a elaboração de Termo de Encerramento, bem como o fornecimento de Atestados de Execução que porventura venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 14.3.1.11. Realizar todos os atos de comunicação e notificação da CONTRATADA, em especial nos casos de prática de condutas passíveis de aplicação de penalidades;
- 14.3.1.12. Elaborar relatórios de gestão, quando necessários, bem como os relatórios referentes à defesa prévia e ao recurso da CONTRATADA no processo administrativo sancionador;
- 14.3.1.13. Armazenar em meio digital e no formato definido em Norma Administrativa interna, toda documentação referente à gestão do instrumento contratual;
- 14.3.1.14. Formalizar a necessidade de aditamento ou de deflagração de novo processo administrativo de contratação ao seu superior hierárquico, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do prazo de vencimento do instrumento contratual, devendo zelar pela conclusão dos procedimentos no prazo estipulado;
- 14.3.1.15. Solicitar à Contratada a apresentação da garantia de execução contratual;
- 14.3.1.16. Instaurar processo administrativo sancionador por não apresentação da garantia ou descumprimento por inexecução parcial ou total do contrato, se for o acaso;
- 14.3.1.17. Solicitar à Área Financeira a liberação da garantia contratual, quando couber.

14.3.2. COMPETE AOS FISCAIS

- 14.3.2.1. Reportar-se ao gestor, cabendo ao órgão à área estrutural pertinente a orientação técnica para seu adequado desempenho;
- 14.3.2.2. Responder pela fiel execução do instrumento contratual, aferindo se a quantidade, qualidade, tempo e modo de execução estão em conformidade com as especificações técnicas, conferindo e atestando a medição dos serviços e fornecimentos;
- 14.3.2.3. Justificar, nos aspectos técnicos, ao gestor do contrato, a necessidade de alteração contratual, encaminhando-a, posteriormente, ao gestor do contrato;
- 14.3.2.4. Analisar e submeter ao gestor as despesas reembolsáveis necessárias ao desenvolvimento do escopo contratual;
- 14.3.2.5. Manter atualizado o acervo técnico da CBTU com os trabalhos produzidos pela CONTRATADA;
- 14.3.2.6. Auxiliar o gestor no armazenamento de toda documentação referente à gestão do instrumento contratual.

15. ANÁLISE DE RISCOS

- 15.1.1. De acordo com o antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP, 2017), através da IN 05/2017 Capítulo III, Seção III, Art 25, 26 e 27 –DO GERENCIAMENTO DE RISCOS– pode-se definir, metodologicamente, a incerteza de eventos em potencial a partir de duas perspectivas: a probabilidade (possibilidade de que um determinado evento ocorrerá) e o impacto (o efeito, a consequência da ocorrência do evento);
- 15.1.2. Ainda de acordo com referido órgão, uma ferramenta bastante útil para a mensuração, avaliação e ordenamento dos riscos que podem afetar um processo, é a matriz de riscos;
- 15.1.3. Ademais, a elaboração de mapa ou matriz de riscos se faz obrigatória em relação à contratação pretendida, por força da regra insculpida no parágrafo 8º do art. 54–A do RILC–CBTU;

- 15.1.4. A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato;
- 15.1.5. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco, anexo
- 15.1.6. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, cuja responsabilidade é da CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos;
- 15.1.7. O caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Riscos são de responsabilidade da CONTRATADA;
- 15.1.8. É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

16. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 16.1.1. A execução dos serviços de reforma e manutenção do imóvel destinado a escritório deverá observar a legislação ambiental vigente, normas técnicas aplicáveis e diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública Federal, visando à redução de impactos ambientais, ao uso racional de recursos naturais e à melhoria do desempenho ambiental da edificação.
- 16.1.2. Deverão ser atendidas, no que couber, as normas relativas à gestão de resíduos da construção civil, sistemas de gestão ambiental, Política Nacional do Meio Ambiente, Lei de Crimes Ambientais e normas técnicas de desempenho, eficiência energética e conforto ambiental;
- 16.1.3. A CONTRATADA deverá implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), assegurando segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada. Os resíduos da obra deverão ser destinados à reutilização ou reciclagem, com comprovação documental da destinação final e apresentação de relatório ao término da obra.

- 16.1.4. Na seleção de materiais, deverá ser priorizado o uso de produtos de menor impacto ambiental, maior durabilidade e atributos sustentáveis comprovados.
- 16.1.5. A reforma deverá incorporar medidas de eficiência energética e conforto ambiental compatíveis com o uso administrativo, incluindo luminárias LED, aproveitamento de iluminação natural e equipamentos eficientes.;
- 16.1.6. As soluções construtivas deverão assegurar conforto térmico, acústico e qualidade ambiental interna, com uso de materiais de baixa emissão e, quando pertinente, elementos de isolamento acústico e melhoria do desempenho térmico. A conformidade deverá ser comprovada por especificações e memoriais técnicos dos sistemas adotados;
- 16.1.7. Em intervenções hidrossanitárias, deverão ser instalados dispositivos economizadores de água, incluindo metais com arejadores ou temporizadores e bacias de duplo acionamento. Todos os equipamentos novos deverão possuir tais dispositivos, com comprovação por especificações técnicas;
- 16.1.8. Durante a execução, a CONTRATADA deverá adotar práticas de controle de impactos no canteiro, incluindo controle de poeira, organização, armazenamento adequado de materiais e resíduos e proibição de descarte irregular ou queima. A conformidade deverá ser evidenciada por registros de obra ou relatórios de fiscalização;
- 16.1.9. Caso haja terceirização do transporte ou destinação de resíduos, deverão ser apresentadas as licenças ambientais das empresas envolvidas e os respectivos manifestos e certificados de destinação, permanecendo a CONTRATADA responsável pela rastreabilidade ambiental;
- 16.1.10. A CONTRATADA deverá seguir todas as recomendações quanto a destinação correta do bota-fora e demais resíduos gerados na obra, devendo ser descartados de forma correta em aterro sanitário e/ou outro local designado pelo município de São Paulo;
- 16.1.11. A CONTRATADA no caso de terceirização do descarte dos materiais, deverá apresentar a documentação técnica da empresa habilitada para tal, bem como a disponibilização das licenças ambientais pertinentes ao serviço a ser realizado pela empresa de descarte;

- 16.1.12. Na execução e entrega do imóvel, deverão ser observadas as diretrizes de sustentabilidade da CBTU aplicáveis à unidade, assegurando que a edificação reformada apresente melhores condições de eficiência operacional, menor consumo de recursos e desempenho ambiental adequado ao uso como escritório.


17. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1.1. A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 17.1.2. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 – PREGÃO ELETRÔNICO e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU - RILC, disponível em: https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/rilc-cbtu_v-4_compilado.pdf/view.
- 17.1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes, o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.
- 17.1.4. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.
- 17.1.5. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 17.1.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 17.1.7. As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.


18. ANEXOS

- 18.1.1. Cronograma Físico
- 18.1.2. Matriz de Risco
- 18.1.3. Laudo Técnico de Vistoria
- 18.1.4. Memorial Descritivo
- 18.1.5. Memoria de Calculo
- 18.1.6. Modelo de Proposta de Preços
- 18.1.7. Planilha de Proposta de Preços


Brasília, na data da assinatura eletrônica

Documento assinado digitalmente
 **ANDRE CORREA JOIA**
Data: 24/02/2026 14:20:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andre Correa Joia
Analista Técnico – Eng Civil
Chefe de Gabinete DT - CBTU/AC

Documento assinado digitalmente
 **DIOGO ANTONIO DOS SANTOS**
Data: 25/02/2026 00:07:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Diogo Antonio dos Santos
GAESP
Gerência Geral - Estudos e Projetos
CBTU-AC

Documento assinado digitalmente
 **ADALBERTO NUNES DE SIQUEIRA**
Data: 25/02/2026 08:16:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adalberto Nunes de Siqueira
Técnico Industrial
GAPRO - CBTU/AC

	Obra		Encargos Sociais		
	Reforma Escritorio CBTU				
Cronograma Físico - Anexo TR- reforma de escritório da CBTU em SP		Percentual de execução por semana por etapas de serviços			
Item	Descrição	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	70,00%	30,00%		
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	50,00%	50,00%		
4	COBERTURA			50,00%	50,00%
5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	20,00%	30,00%	50,00%	
6	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS		30,00%	20,00%	50,00%
7	PISOS		30,00%	20,00%	50,00%
8	PINTURA			50,00%	50,00%
9	FORRO			50,00%	50,00%
10	ESQUADRIAS		40,00%	30,00%	30,00%
11	SERVIÇOS FINAIS				100,00%

MATRIZ DE RISCO

1. RISCOS RELATIVOS ÀS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PRESENTES NO TERMO DE REFERÊNCIA

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
1.1	Estimativa de prazo de execução incorreta	Prazo não é atingível por erro de estimativa na elaboração do Termo de Referência	CBTU	Baixa	Muito Baixa	CONTRATADA deve apresentar relatório expondo em detalhes a justificativa para atraso na entrega total ou de etapas da execução, ficará então a cargo do(s) fiscal(is) da CBTU avaliar se acata a justificativa e estende o prazo ou se aplica as sanções contratuais previstas.
1.2	Alterações de especificações/condições do TR por parte da CBTU	Alterações de especificações/condições do TR por parte da CBTU com acréscimo de custos ao CONTRATO. Fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução do Termo de Referência	CBTU	Média	Baixa	Gestor designado pela CBTU deve elaborar relatório detalhado da(s) alteração(ões) proposta(s) com as respectivas justificativas e solicitar reequilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.
1.3	Alterações de especificações/condições do TR por solicitação da CONTRATADA	Alterações ou complementações de especificações/condições do TR por solicitação da CONTRATADA, com diminuição ou acréscimo de custos ao CONTRATO	AMBOS	Média	Média	Caso a CONTRATADA detecte falhas ou ausência de especificação no TR durante a execução, deverá elaborar relatório detalhado das alterações propostas, com custos ou ganhos compartilhados, para o Gestor designado pela CBTU. Se considerado justificável e viável ou necessário, o Gestor designado pela CBTU deve solicitar reequilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

MATRIZ DE RISCO

2. RISCOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
2.1	Erro na estimativa de custos por parte da CONTRATADA para os serviços e materiais já informados	Subdimensionamento de custos por parte da CONTRATADA ou ausência de insumos existentes na elaboração dos preços ofertados	CONTRATADA	Alta	Baixa	TR/EDITAL deve prever visita técnica.
						Todos os materiais, serviços e despesas correlatas são obrigação da CONTRATADA dentro do preço ofertado, devendo ela arcar com os custos decorrentes de erros orçamentários. Em caso de comprometimento da execução contratual por conta disto, cabe à fiscalização da CBTU aplicar as sanções previstas.
2.2	Atraso de conclusão total ou de etapas da execução	A CONTRATADA atrasa a entrega total ou de etapas da execução	CONTRATADA	Média	Baixa	CONTRATADA deve apresentar relatório expondo em detalhes a justificativa para atraso na entrega total ou de etapas da execução, ficará então a cargo do(s) fiscal(is) da CBTU avaliar se acata a justificativa ou se aplica as sanções contratuais previstas.
2.3	Custos adicionais causados por roubo, furto, vandalismo, depredações, acidente no carregamento rodoviário e/ou içamento, perdas ou qualquer imprevisto dessa natureza.	Enquanto o(s) material(is) rodante(s), ou quaisquer de suas partes, estiver sob responsabilidade da CONTRATADA	CONTRATADA	Alta	Baixa	Nestes casos os custos deverão ser arcados pela CONTRATADA, podendo-se recorrer ao seguro para reparação financeira.
2.4	Segurança no trabalho	Custos causados por acidentes de trabalho, segurança inadequada ou ausente	CONTRATADA	Alta	Baixa	Nestes casos os custos deverão ser arcados pela CONTRATADA, dado que a execução, e todos os seus requisitos práticos, é de sua atribuição.

MATRIZ DE RISCO

2.5	Responsabilidade civil quanto a terceiros	Custos por prejuízos causados a terceiros	CONTRATADA	Média	Baixa	O contrato deve prever que nestes casos os custos deverão ser arcados pela CONTRATADA. Contratação de seguro pela CONTRATADA.
2.6	Casos fortuitos ou força maior	Custos gerados por caso fortuito ou força maior	AMBOS	Média	Muito baixa	Exigência de seguro, por parte da CONTRATADA, para o contrato. CONTRATADA deve apresentar relatório expondo em detalhes a justificativa para a elevação de custos. Ficará então a cargo do(s) fiscal(is) da CBTU avaliar se a justificativa será acatada mediante reequilíbrio econômico-financeiro.
2.9	Atraso na liberação de instalações ou documentos	Custos gerados por atrasos da CBTU na liberação de locais ou instalações ou na entrega de documentos	CBTU	Média	Baixa	CONTRATADA deve incluir em sua proposta comercial tudo quanto for necessário, em especial por parte da CBTU, informando os prazos, para evitar imprevistos na liberação. Gestor da CBTU deve elaborar relatório apresentando detalhadamente os fatos ocorridos e solicitar reequilíbrio econômico financeiro do contrato.
2.10	Falhas de execução	Defeitos de execução dos SERVIÇOS causados pela CONTRATADA ou seus subcontratados, se houver	CONTRATADA	Alta	Média	Exigência de qualificação técnica no TR, seguro garantia, qualificação técnica de subcontratados. A CBTU deve prever disponibilidade do(s) seu(s) fiscal(is) para acompanhamento minucioso da execução. Responsabilização financeira pela CONTRATADA, sem ônus para a CBTU.
2.11	Falta de recursos, por parte da CONTRATADA, para a execução	A CONTRATADA não possui os recursos ou não obtém financiamento para a execução	CONTRATADA	Alta	Muito baixa	Exigência prevista no TR ou Instrumento Contratual de disponibilidade de caixa ou de carta de instituição financeira assegurando liquidez. Início da execução apenas quando apresentada comprovação de que a CONTRATADA contratou seguros e garantias contratuais exigidas no TR.

MATRIZ DE RISCO

2.12	Falência da CONTRATADA ou de subcontratada	Falência da CONTRATADA ou de empresa envolvida diretamente na execução	CBTU	Média	Muito baixa	Exigência de demonstrativos financeiros da CONTRATADA prevista no TR ou Instrumento Contratual.
						Solicitação de reparo econômico pelo seguro.

3. RISCOS AMBIENTAIS

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
3.1	Custos ambientais	Custos excessivos para atendimento de normas ambientais	CONTRATADA	Média	Muito baixa	Todos os materiais, serviços e despesas correlatas são obrigação da CONTRATADA dentro do preço ofertado, devendo ela arcar com os custos decorrentes de erros orçamentários. Em caso de comprometimento da execução contratual por conta disto, cabe à fiscalização da CBTU, prezando pelo benefício à companhia, decidir se acatará as justificativas da CONTRATADA e solicitará reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou se aplicará as sanções previstas.

4. RISCOS LEGAIS E/OU REGULATÓRIO

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
4.1	Mudança das normas	Alterações na legislação ou outras normas que impliquem em aumento de custos	AMBOS	Média	Baixa	Respeito ao ato jurídico perfeito, estabilidade institucional e contratual e reequilíbrio econômico-financeiro.
4.2	Alteração da carga tributária	Alteração da carga tributária incidente sobre o CONTRATO	AMBOS	Baixo	Média	Reequilíbrio econômico-financeiro.
4.3	Direito Empresarial e Societário	Custos advindos do não cumprimento da legislação empresarial e/ou societária por parte da CONTRATADA	CONTRATADA	Média	Muito baixa	Previsão contratual de cumprimento das normas societárias. Sanções contratuais impostas à CONTRATADA.
4.4	Direito do Trabalho	Custos advindos do não cumprimento da legislação trabalhista por parte da CONTRATADA	CONTRATADA	Média	Muito baixa	Previsão contratual de obrigatoriedade de atendimento das normas trabalhistas.

MATRIZ DE RISCO

						Sanções contratuais impostas à CONTRATADA.
--	--	--	--	--	--	--

5. RISCOS CONTRATUAIS

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
5.1	Rescisão do CONTRATO	Rescisão contratual por consenso entre as partes	AMBOS	Alta	Muito baixa	Indenização prevista no CONTRATO, arbitragem.
5.2	Rescisão do CONTRATO por decisão judicial	Rescisão judicial por ação movida pela CBTU	CONTRATADA	Alta	Muito baixa	Indenização prevista no CONTRATO.
5.3	Anulação	Anulação do CONTRATO por vícios insanáveis	CBTU	Alta	Muito baixa	Indenização prevista no CONTRATO, arbitragem.
5.4	Término do CONTRATO por força maior	Término antecipado do CONTRATO causado por evento natural catastrófico	AMBOS	Alta	Muito baixa	Contratação de seguros por parte da CONTRATADA, indenização, arbitragem.

6. RISCOS DA LICITAÇÃO

ID	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE IMPACTO	EXPECTATIVA OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
6.1	Licitação vazia	Dificuldades impostas no TR/EDITAL pela CBTU	CBTU	Alta	Baixa	Conferir exigências de qualificação das empresas durante a pesquisa de mercado, divulgação previa, consulta pública do EDITAL.
6.2	Impugnação do certame	Dificuldades impostas pela CBTU para habilitação e aceitação de proposta	CBTU	Alta	Baixa	Pesquisa de mercado bem elaborada. Anulação por vício insanável.
6.3	Alto índice de impetração de recurso administrativo	Textos com interpretação ambígua, falta de definição clara, exigências incomuns e não destacadas	CBTU	Alta	Baixa	Revisão de textos, anulação por vício insanável.

LAUDO DE VISTORIA

Brasília, Abril de 2025

[Resumo](#)

[Caracterização Geral do Imóvel](#)

[Caracterização Geográfica](#)

[Objetivo](#)

[Análise de Estados de Conservação](#)

[Condições Estruturais](#)

[Condições Elétricas](#)

[Condições Hidráulicas](#)

[Condições de Segurança](#)

[Conclusão e Recomendações](#)

[ANEXO - Relatório Fotográfico](#)

[Registro de Estado de Conservação Atual do Imóvel](#)

[Conclusão do Relatório Fotográfico](#)

Resumo

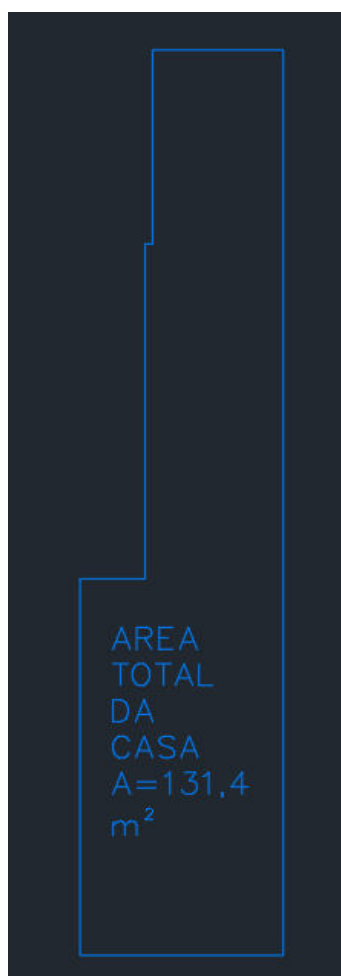
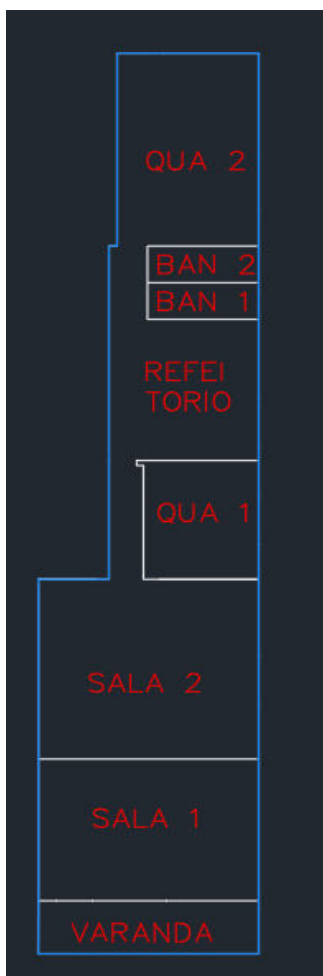
O presente Laudo de Vistoria apresenta as condições atuais do imóvel a ser cedido pela CPTM a CBTU, por um período de 10 anos. O motivo principal é a necessidade da CBTU manter escritório administrativo em São Paulo, justificado adequadamente em Termo de Cessão, após solicitação de espaço da CPTM, conforme Ofício CPTM-GPM-001-2025, sendo necessário a instalação de escritório em novo local. O edifício proposto pela CPTM é uma casa que compõe o sistema ferroviário em São Paulo com área construída de aproximadamente 131 m².

O estado de conservação após inspeção visual no que tange a parte estrutural encontra-se bom, sem requerer intervenções ou reforços intensivos. Sobre os estados de conservação das áreas de piso, forro, pintura e cobertura, será necessário recuperações pois apresentam desgastes avançados, deslocamentos, partes quebradas, soltas, pinturas descascadas e telhas trincadas, empenadas e com recomendação de substituição. Os sistemas elétricos e hidráulicos irão requerer reforma pontuais dos dispositivos sanitários, chuveiros, iluminação e tomadas. Sobre a parte elétrica, nota-se uma recém instalação de disjuntores no local do Quadro Central de energia. Sobre a parte hidráulica observou-se bom estado de conservação da tubulação aparente e acesso adequado a caixa d'água. Por fim a parte externa da casa apresenta-se em bom estado de conservação, por falta de utilização e manutenções básicas no edifício será necessário, limpeza geral, serviço de jardinagem, remoção de entulhos, e recuperação do gradil do muro e do portão de acesso. Para fins de registro ao final do laudo será apresentado Relatório Fotográfico com identificação atual dos status de cada área de casa.

Caracterização Geral do Imóvel

O presente capítulo apresentará informações gerais atuais para a o imóvel:

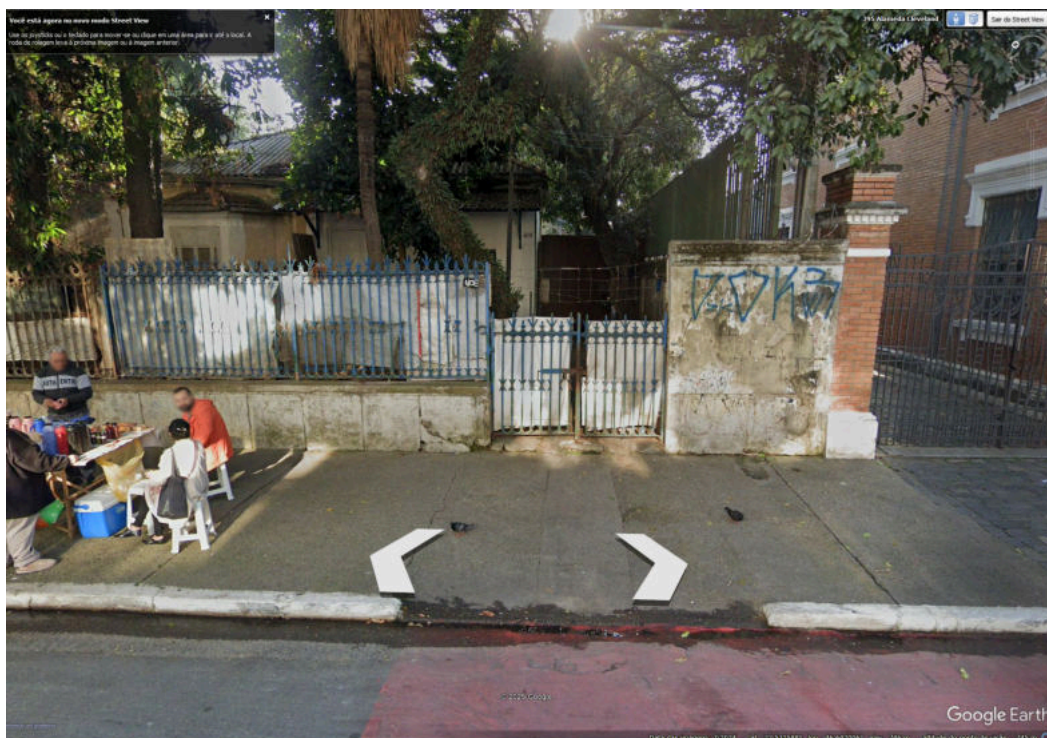
- **Endereço:** Alameda Cleveland, 408, Campos Elíseos, CEP: 01218-000, São Paulo/SP
- **Tipo de Imóvel:** Casa Térreo (um pavimento) - Edificação para uso de sistema ferroviário
- **Área estimada de construção:** 131,4 m²
- **Divisões Principais:**
 - **Térreo:** total de 7 ambientes sendo caracterizados atualmente como Sala 1, Sala 2, Quarto 1, Cozinha/Refeitório, Banheiro 1, Banheiro 2 e Quarto 2. Observação: existe porão, que não será utilizado durante a Cessão do imóvel, com acesso pelo quarto dos fundos;
 - **Áreas externas:** uma varanda de aproximadamente 9,6 m², portão de 3m de comprimento com acesso e espaço para até 3 carros.



Caracterização Geográfica

O imóvel está localizado na faixa de domínio do sistema atualmente operado pela CPTM, a 800m da Estação da Luz e 500m do pátio de manutenção (local do escritório atual da CBTU).





Objetivo

O presente Laudo de Vistoria tem objetivo principal de subsidiar o Termo de Cessao do imóvel em questão localizado em SP na Alameda Cleveland, 408.

O respectivo Laudo de Vistoria também irá compor o Estudo Técnico Preliminar a ser elaborado para contratação de reforma e adequação da edificação em escritório administrativo da CBTU em São Paulo.

Análise de Estados de Conservação

Condições Estruturais

- **Estrutural:** O estado de conservação após inspeção visual no que tange a parte estrutural encontra-se bom, sem requerer intervenções ou reforços. Ainda sem sinais de trincas ou movimentações estruturais visíveis.
- **Paredes e Alvenaria:** As paredes não apresentam rachaduras ou infiltrações significativas. Não há sinais de umidade nas partes internas ou externas.
- **Cobertura:** A cobertura encontra-se em estado de conservação deteriorado, sendo necessário sua substituição de telhas estimado em 100% para preservação e conservação contra intempéries internamente, principalmente precipitações.

Condições de Acabamentos

- **Piso:** O piso está em estado de conservação ruim, apresenta trincas, descolamento, desníveis consideráveis ou manchas. Necessita de reparos.
- **Pintura:** A pintura está em estado de conservação regular, apresenta algumas manchas, desbotamento acentuado, pequenas fissuras ou descascamento em áreas pontuais.

Condições Elétricas

- **Instalação Elétrica:** A instalação elétrica apresenta estado de conservação regular, pequenos desgastes naturais, mas sem riscos aparentes. Fiação e disjuntores ainda adequados para a demanda elétrica, podendo necessitar apenas de manutenção preventiva.
 - Observa-se que não foi testado tal sistema pois atualmente a alimentação de energia foi cortada pela concessionária. É necessário a troca de dispositivos com interface direta com os usuários: tomadas, interruptores, lâmpadas e respectivos acabamentos.

Condições Hidráulicas

- **Instalações Hidrossanitárias:** Observa-se que não foi testado tal sistema pois atualmente a edificação não está em funcionamento. É necessário a troca de dispositivos com interface direta com os usuários: vasos sanitários e chuveiros. A inspeção visual de tubulação aparente, caixa d'água e relógio medidor apresentaram-se satisfatórias.
- **Instalações de escoamento Pluvial:** O estado de conservação após inspeção visual, principalmente do sistema de calhas, é ruim. Requer limpeza e manutenção urgente.

Condições de Segurança

- **Estrutura de Segurança:** O imóvel está cercado por muros e grades, mas não há sistemas de segurança eletrônica instalados (alarmes, câmeras de monitoramento).

Conclusão e Recomendações

O imóvel localizado na Alameda Cleveland, 408, encontra-se em condições gerais favoráveis para a adaptação a um escritório administrativo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Contudo, sugere-se as seguintes intervenções:

- Cobertura
 - Substituição de telhas e manutenção para possíveis reparos em estrutura de madeira suporte (tramos e terças);
- Pisos
 - Limpeza geral e substituição de pisos desgastados, quebrados, descolados e empenados;
- Pintura e revestimentos
 - Remoção de pintura deteriorada, aplicação de emboco e demão de tinta na parte interna. Limpeza de revestimentos de altura de 1,5m das áreas molhadas.
- Sistema hidrossanitarios
 - Verificação de funcionamento do respectivo sistema para testes e substituição de dispositivos com interface direta com os usuários: vasos sanitários e chuveiros.
- Sistema elétrico
 - Verificação de funcionamento do respectivo sistema para testes e substituição de dispositivos com interface direta com os usuários: tomadas, interruptores, lâmpadas e respectivos acabamentos.
- Área externa
 - Apresenta-se em bom estado de conservação, por falta de utilização e manutenções básicas no edifício será necessário, limpeza geral, serviço de jardinagem, remoção de entulhos, e recuperação do gradil do muro e do portão de acesso.

Por fim, o capítulo servirá para fins de registro ao final do laudo será apresentado Relatório Fotográfico com identificação atual dos status de cada área de casa.

A vistoria foi realizada em 27 de março de 2025, por Andre Correa Joia, Engenheiro Civil CREA-141265904-3 e Fabrício Marchito Mendes, Arquiteto, CAU-A315257.

ANDRÉ CORREA JÓIA
Analista Técnico – Eng Civil
CREA- nº 141265904-3
Adjunto da Diretoria Técnica - CBTU/AC

Fabrício Marchito Mendes
Analista Técnico – Arquiteto
CAU- A315257
Gerência Geral - GAPRO/DT - CBTU/AC

ANEXO - Relatório Fotográfico

Registro de Estado de Conservação Atual do Imóvel

Objetivo:

Este ANEXO tem como finalidade apresentar um conjunto de fotografias que documentam as condições atuais de todos os sistemas e componentes do imóvel localizado na Alameda Cleveland, 408, São Paulo/SP. As imagens servem como registro formal do estado de conservação do imóvel para fins de registro no contrato de cessão que será celebrado, garantindo que ambas as partes envolvidas tenham conhecimento detalhado do estado do imóvel no momento da cessão.



Porta de entrada e gradil do muro



Varanda e acesso à edificação



Varanda de acesso



área externa



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



área externa



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



área externa



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



porta de entrada



sala 1



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



sala 1



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



sala 2



sala 2



sala 2



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central



sala 2 e porta para área externa, janela



quarto 1



quarto 1



quarto 1



porta quarto 1



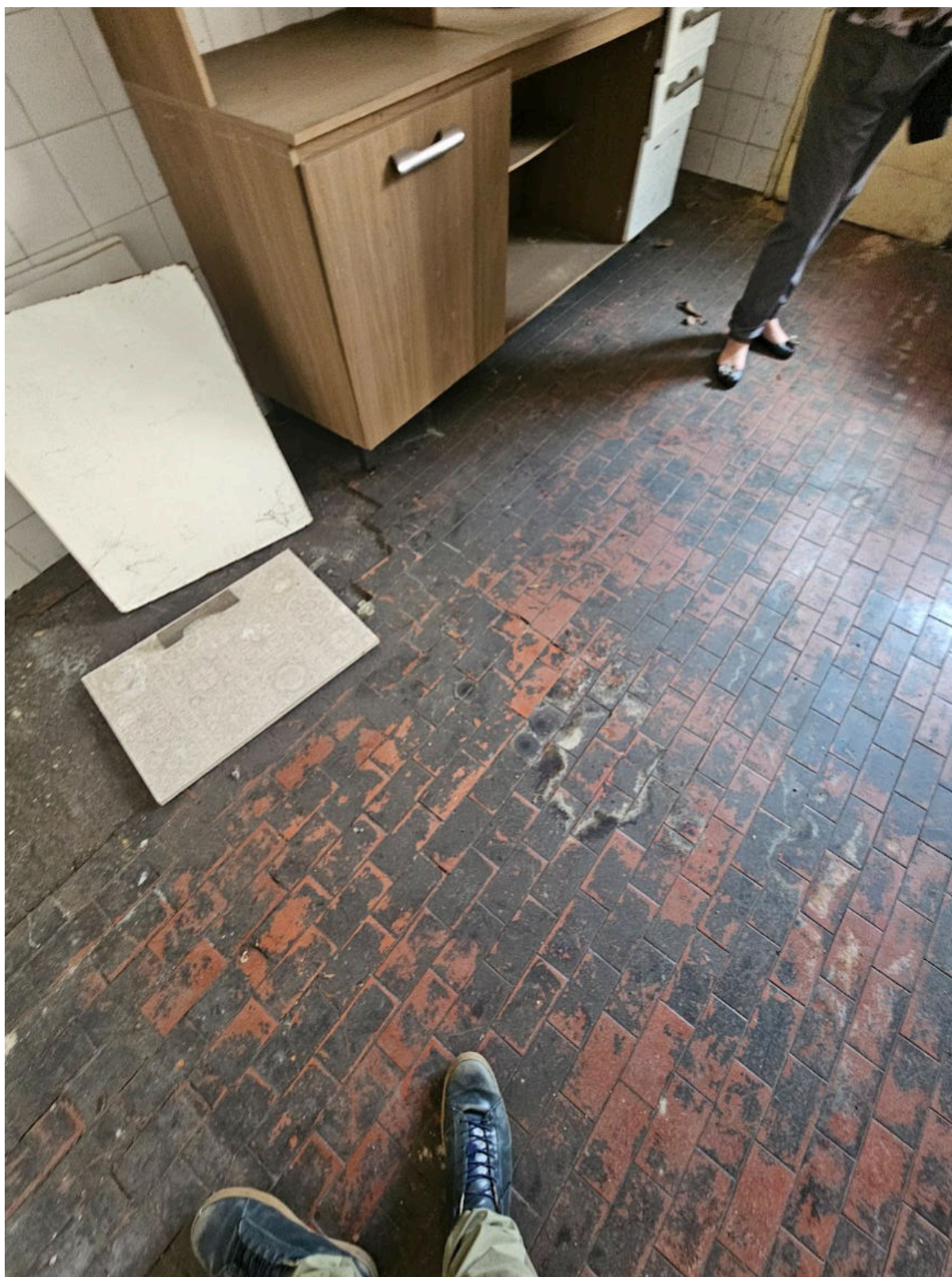
corredor acesso quarto 1, sala 2 e cozinha



forro corredor



cozinha/refeitorio piso e revestimento



cozinha piso



cozinha



cozinha



cozinha



cozinha porta area externa



cozinha



banheiro 1



banheiro 2



corredor banheiro cozinha e quarto 2



porta quarto 2 e vista para corredor



porta quarto 2



quarto 2, cobertura, ausência de forro, piso



parede quarto 2



telhado



telhado



telhado, caixa d'agua



quadro de distribuição de energia, disjuntores



disjuntor geral de energia da casa



relógio e tubulação de água

Conclusão do Relatório Fotográfico

O presente conjunto de imagens documenta as condições atuais do imóvel em diversos aspectos, desde a estrutura até os sistemas hidráulicos, elétricos e de acabamento. Essas imagens servirão como referência para as partes envolvidas na cessão do imóvel, assegurando a transparência e clareza sobre as condições do bem, além de serem úteis para futuras avaliações de manutenção ou necessidade de reparos.

Este relatório fotográfico deverá ser anexado ao contrato de cessão e validado por ambas as partes.

ANDRÉ CORREA JÓIA
Analista Técnico – Eng Civil
CREA- nº 141265904-3
Adjunto da Diretoria Técnica - CBTU/AC

Fabricio Marchito Mendes
Analista Técnico – Arquiteto
CAU- A315257
Gerência Geral - GAPRO/DT - CBTU/AC

MEMORIAL DESCRITIVO

Brasília, Abril de 2025

Este memorial descritivo tem como objetivo apresentar de forma clara e detalhada os serviços previstos na reforma da residência localizada em São Paulo, com área total construída de 131m². A proposta de reforma visa atender às necessidades de modernização e melhoria da funcionalidade dos ambientes para implantação de escritório administrativo da CBTU, respeitando as normas técnicas vigentes e as características construtivas originais da edificação. Os serviços serão realizados conforme composições apresentadas em PP (Planilha de Preço Estimado), com base em referências de preços nacionais.

As intervenções contemplam alterações em ambientes internos e externos, incluindo demolições pontuais, renovação de revestimentos, troca de esquadrias, revisão das instalações elétricas e hidráulicas, além de melhorias na acessibilidade e no conforto térmico e acústico. Todo o projeto foi desenvolvido com foco na sustentabilidade, funcionalidade e na ambientação adequada para recebimento dos empregados que irão frequentar e trabalhar no local, prezando pela estética e pela qualidade dos materiais utilizados.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Será composto por um engenheiro, mestre de obras e um vigia, com duração de um mês de serviço.

Cálculos na planilha MC anexa.

SERVIÇOS PRELIMINARES

Serão realizadas essencialmente as limpezas necessárias além de aluguel de container e cacamba para armazenamento e transporte de demolição e entulhos. Serviços realizados conforme composições apresentadas em PP (Planilha de Preço Estimado), com base em referências de preços nacionais.

Cálculos na planilha MC anexa.

DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

Foram considerados, após vistoria técnica, a remoção dos forros instalados, remoção de portas, remoção de piso de madeira (assoalho), remoção de piso cerâmico e remoção das telhas de cobertura. Será necessário ainda demolição de revestimento cerâmico e argamassas, mecanizada com marteleto.

Cálculos na planilha MC anexa.

COBERTURA

Será necessário a execução de telhamento completo da casa conforme composição SINAPI, e ainda pontos de recuperação dos tramos de madeira para sustentação adequada do telhado.

Cálculos na planilha MC anexa.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As condições atuais apresentam a necessidade de instalação de novas lâmpadas, interruptores, disjuntores, tomadas, trocas de cabos e fiação. Foi considerada ainda a instalação de ar condicionado.

Cálculos na planilha MC anexa.

INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Serão substituídos vasos sanitários e instalados dois chuveiros.

PISOS

Será realizado a substituição de piso de madeira incluído acabamento e enceramento. O piso cerâmico também será substituído e por fim ocorrerão as instalações dos rodapés.

Cálculos na planilha MC anexa.

PINTURA

Será realizada a pintura de toda área interna, inclusive execução de novo reboco.

FORRO

O forro será executado em toda área da casa, em régua de PVC, inclusive com posterior acabamento de forro (roda-forro).

ESQUADRIAS


Serão substituídas as portas e seus portais, bem como a recuperação de vidros das janelas existentes. Será realizado ainda a recuperação do gradil do muro, bem como recuperação do portão de entrada metálico.

SERVIÇOS FINAIS

Foi contemplado a realização de limpeza geral da obra na área construída e sua área externa para adequação ao aspecto revitalizado da futura casa reformada.

CONCLUSÃO

Este MEMORIAL DESCRITIVO e seu anexo (MEMÓRIA DE CÁLCULO) tem como finalidade nortear a execução da obra, assegurando o alinhamento entre os profissionais envolvidos e a fidelidade ao projeto aprovado. Ao término da intervenção, espera-se que o imóvel esteja plenamente adequado ao uso administrativo proposto, oferecendo um ambiente funcional, seguro e tecnicamente compatível com as demandas corporativas.

Documento assinado digitalmente
 **ANDRÉ CORREA JOIA**
Data: 24/02/2026 14:20:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRÉ CORREA JÓIA
Analista Técnico – Eng Civil
CREA- nº 141265904-3
Adjunto da Diretoria Técnica - CBTU/AC

MEMORIA DE CALCULO						
REFORMA DE CASA						
GEMINADA						
alameda Cleveland, 408, sp						
				DURAÇÃO	30 dias	
tópicos de planilha orcamentaria para levantamento de quantitativos						
	unidade					
1- administração local						
engenheiro - 2 meses	mes	hora	80			
mestre de obras - 2 meses	mes		160			
vigia - 2 meses	mes		160			
2- serviços preliminares						
containers - 2 meses	mes					
3- mobilizações						
aluguel de cacamba - 2 meses	mes					
4- demolicoes						
		CALCULO PISO				
			m²			
5- recuperacao de piso com assoalho		ceramico (ban + cozinha + entrada)	em função do estado de conservação será trocado 70% do respectivo piso 36		25,2	
		casa	131,4			
area 1		casa - cer = piso madeira	95,4	em função do estado de conservação será trocado apenas 30% do respectivo piso	28,62	
area 2						
area 3						
soma area						
		CALCULO PAREDES				
6- recuperacao de piso em laje com contrapiso			m²		CALCULO RODAPE	
		ceramico	40,095		rodape	

cozinha		pintura e ceramico (interno)	350,494		120,86	tudo
banheiro1		só pintura interna	310,399		26,73	recebe ceramica
banheiro2		pintura interna excluindo janelas e portas	284,789		94,13	
soma area		forro				
			m²			
7- recuperacao de pintura alvenarias de vedacao e divisorias		total	131,4			
area1						
area2		CALCULO JANELAS				
area3		local	area	qnt	area total	
banheiro1		sala 1	1,65	2	3,3	
banheiro2		sala2	1,65	1	1,65	
cozinha		coz	1,65	1	1,65	
soma area		ban1	0,88	1	0,88	
		ban2	0,88	1	0,88	
8- recuperacao de revestimento lateral		quar1	1,65	1	1,65	
		quar2	1,65	2	3,3	
cozinha				soma	13,31	
banheiro1						
banheiro2						
soma area		CALCULO PORTAS				
		local	area	qnt	area total	tipo
9- recuperacao de pintura externa		sala 1	1,64	1	1,64	
		sala2	1,64	2	3,28	
area x		coz	1,64	1	1,64	
		ban1	1,23	1	1,23	
10- recuperacao de janelas		ban2	1,23	1	1,23	
		quar1	1,64	1	1,64	
area 1		quar2	1,64	1	1,64	
area2			soma	8	12,3	
area3						
cozinha		poda de arvores	6			
banheiro1						
banheiro2		LIMPEZA MANUAL	30			
soma						
		DEMOLIÇÕES				
11- recuperacao de portas						

		cobertura (area do cad)				
area 1						
area2		considerar hipotenusa				
area3		altura de catete	2			
cozinha		area de telhas	172,0248			
		item tramos -estrutura de madeira para receber as telhas: em funcao do estado de conservacao foi considerado que sera substituido 50%	86,0124			
banheiro1						
banheiro2						
		NUMERO DE AMBIENTES				
12- recuperacao de area externa		sala 1	1			
		sala2	1			
piso de varanda		coz	1			
		ban1	1			
acesso garagem		ban2	1			
		quar1	1			
instalacao de grades em portas e janelas		quar2	1			
		varanda	1			
13- recuperacao de muro + gradil			8			
		PINTURA GRADE				
14- recuperacao de portao de entrada			m²			
			15			
corrente, cadeado, concertina						
		LIMPEZA FINAL DA OBRA				
15- recuperacao de sistema hidraulico			m²			
		area casa	131,4			
sistema de abastecimento		area externa	154,52			
caixa dagua		soma	285,92			
tubulacao						
chuveiro - 2						
pia banheiro - 2						
vaso sanitario - 2						
pia cozinha - 1						
ponto agua cozinha - 2						

ponto agua area externa - 1						
ponto agua mlr - 1						
sistema de esgoto						
esgoto banheiro 1						
caixa de esgoto chuveiro - 1						
caixa de esgoto vaso sanitario - 1						
esgoto banheiro 2						
esgoto cozinha						
caixa de esgoto - 1						
esgoto area externa						
caixa de esgoto - 2						
esgoto para mlr-1						
sistema de escoamento pluvial						
calhas						
tubulacao de descida - 2 - x m						
tubulacao cobertura						
caixas de escoamento - 6 cx						
16- recuperacao de sistema eletrico						
3 ar condicionado, tomadas, QCD, cabos, fios						
disjuntor chuveiro - 2						
disjuntor ar cond - 2						
disjuntor tomadas geral - 1						
disjuntor iluminacao - 1						
disjuntor geral - 1						
padrao de energia - relógio + 1 disjuntor						
iluminacao						
internet, telefone						
17 - recuperacao de cobertura						

forro, estrutura de madeira, recuperacao/reforco de telhas						
18 - acabamentos finais						
19 - limpeza da obra						

ANEXO DO TR – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma em imóvel que será o escritório da CBTU em São Paulo para atendimento dos trabalhadores aposentados e pensionistas que se encontram na região. O serviço é de Natureza Comum.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:

Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:

PROPOSTA:

PLANILHA DE QUANTIDADE E PREÇOS					
Reforma Predial - Escritório São Paulo					
ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Reforma de casa/Predial (conforme TR)	1	un		

- 1) Esta proposta é válida por ____ (_____) dias, a contar da data de sua apresentação.
OBS: as propostas com prazo inferior a 90 (noventa) dias serão desclassificadas.
- 2) Nos valores apresentados acima já estão inclusos todos os custos necessários decorrentes do fornecimento do objeto, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre objeto desta licitação.
- 3) Declaramos estar em pleno acordo com todas as condições, obrigações e prazos constantes no Edital e seus Anexos.

(Local da Sede da empresa) - UF, ____/____/____

Assinatura/carimbo do representante legal da empresa

Obra
Reforma Escritório CBTU

Bancos

B.D.I.

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
bases.

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1				
1.1	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	80				
1.2	90780	SINAPI	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120				
1.3	100289	SINAPI	VIGIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120				
2			SERVIÇOS PRELIMINARES		1				
2.1	00010776	SINAPI	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	MES	1				
2.2	210000	SBC	BOTA FORA EM CACAMBA 5M3 48 HORAS	UN	4				
2.3	99814	SINAPI	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	m²	285,92				
2.4	99808	SINAPI	LIMPEZA DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PAREDE UTILIZANDO ÁCIDO MURIÁTICO. AF_04/2019	m²	40				
2.5	99821	SINAPI	LIMPEZA DE JANELA DE VIDRO COM CAIXILHO EM AÇO/ALUMÍNIO/PVC. AF_04/2019	m²	13,31				
2.6	16.80.086	FDE	LIMPEZA DE APARELHOS SANITARIOS	UN	4				
2.7	4915767	SICRO3	Poda de árvores com mais de 10 m de altura	m³	6				
2.8	1001008	SIURB	LIMPEZA MANUAL GERAL INCLUSIVE REMOÇÃO DE COBERTURA VEGETAL - TRONCO ATÉ 10CM - SEM TRANSPORTE	m²	30				
2.9	99804	SINAPI	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO UTILIZANDO DETERGENTE NEUTRO E ESCOVAÇÃO MANUAL. AF_04/2019	m²	36				
3			DEMOLIÇÕES E RETIRADAS		1				
3.1	104791	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	284				
3.2	97634	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	40				

3.3	97647	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	131,42				
3.4	97640	SINAPI	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	131,4				
3.5	023212	SBC	REMOCAO E RETIRADA DE PORTAS DE MADEIRA	UN	8				
3.6	97643	SINAPI	REMOÇÃO DE PISO DE MADEIRA (ASSOALHO E BARROTE), DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	28,62				
3.7	97635	SINAPI	REMOÇÃO DE PISO DE BLOCO INTERTRAVADO OU DE PEDRA PORTUGUESA, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	25,2				
4			COBERTURA		1				
4.1	94201	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	172,02				
4.2	92541	SINAPI	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	86,01				
5			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		1				
5.1	97610	SINAPI	LÂMPADA COMPACTA DE LED 10 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	8				
5.2	91927	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	80				
5.3	91929	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	120				
5.4	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	40				
5.5	93665	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	3				
5.6	93663	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2				
5.7	91992	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	8				
5.8	91993	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	8				
5.9	91981	SINAPI	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	8				

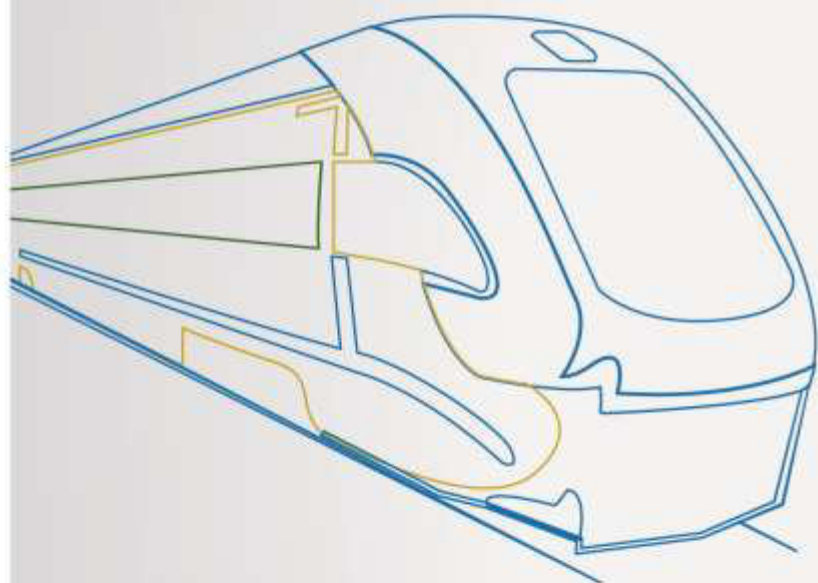
5.10	92029	SINAPI	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	8				
5.11	103247	SINAPI	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE	UN	1				
6			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS		1				
6.1	96805	SINAPI	KIT CHASSI PEX, PRÉ-FABRICADO, PARA CHUVEIRO, INCLUSO QUADRO METÁLICO, TUBOS, REGISTROS DE PRESSÃO E CONEXÕES POR ANEL DESLIZANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	UN	2				
6.2	100860	SINAPI	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2				
6.3	95470	SINAPI	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2				
7			PISOS		1				
7.1	105090	SINAPI	PISO DE MADEIRA, SOBRE VIGOTAS DE MADEIRA SEÇÃO 7,5 X 15 CM. AF_03/2024	m²	28,62				
7.2	101730	SINAPI	ACABAMENTO PARA PISO EM TACO DE MADEIRA. AF_09/2020	m²	95,4				
7.3	102499	SINAPI	ENCERAMENTO DE PISO EM MADEIRA. AF_05/2021	m²	95,4				
7.4	101090	SINAPI	PISO EM PEDRA PORTUGUESA ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA SECA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, REJUNTADO COM CIMENTO COMUM. AF_05/2020	m²	25,2				
7.5	130305	SBC	RODAPE 8x2cm MADEIRADO CANELA ILHABELLA	M	94,13				
8			PINTURA		1				
8.1	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	284,78				
8.2	120026	SBC	REBOCO PRONTO PREFABRICADO 2mm APLICADO EM PAREDES INTERNAS	m²	284,78				
9			FORRO		1				
9.1	96121	SINAPI	ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM PERFIL METÁLICO E PLÁSTICO). AF_08/2023	M	131,4				
9.2	96116	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	131,4				
10			ESQUADRIAS		1				
10.1	91287	SINAPI	BATENTE PARA PORTA DE MADEIRA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM. AF_12/2019	UN	4				

10.2	91297	SINAPI	PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	4				
10.3	91296	SINAPI	PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 70X210CM, ESPESSURA DE 3CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2				
10.4	94571	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS) E PERSIANA INTEGRADA, BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 120X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	13,31				
10.5	34.05.290	CPOS/CDHU	PORTÃO DE ABRIR EM GRADE DE AÇO GALVANIZADO ELETROFUNDIDA, MALHA 65 X 132 MM, E PINTURA ELETROSTÁTICA	m²	3				
10.6	100736	SINAPI	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA DE ACABAMENTO APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	m²	15				
11			SERVIÇOS FINAIS		1				
11.1	55.01.020	CPOS/CDHU	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	285,92				

Tipo de Licitação
Abertura da Licitação
Número do Processo Licitatório

Total sem BDI
Total do BDI
Total Geral

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

Assunto: CBTU | Escritório SP || Orçamento Gros Engenharia (Rev. 00 - 25/02/2026)

De: "Arq. Gustavo Machado :: Gros Engenharia" <gmachado@gros.com.br>

Data: 25/02/2026, 15:20

Para: <acjoia@cbtu.gov.br>

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

Prezado André,

Boa tarde.

Encaminho, em anexo, o orçamento da **Gros Engenharia Ltda.** relativo à reforma do imóvel destinado ao escritório da **CBTU** na cidade de São Paulo/SP, conforme solicitado.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos técnicos ou comerciais.

Atenciosamente,

 **Gustavo de Almeida Machado**
COORDENADOR DE ENGENHARIA
gmachado@gros.com.br
+55 11 99591-2437
www.gros.com.br

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade e compromisso com o Meio Ambiente

(PT) Esta mensagem, bem como seus anexos, possui caráter confidencial e seu conteúdo é restrito aos respectivos destinatários. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, solicitamos, por gentileza, que a devolva ao remetente e a exclua de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, reprodução ou divulgação, total ou parcial, desta mensagem é expressamente proibido e poderá ensejar as medidas judiciais e indenizações cabíveis. O conteúdo desta mensagem é de responsabilidade exclusiva de seu autor.



(EN) This message, including any attachments, is confidential and intended solely for the addressed recipients. If you have received this message in error, please return it to the sender and delete it from your files. Any unauthorized use, reproduction, or disclosure, in whole or in part, of this message is strictly prohibited and may result in applicable legal actions and liabilities. The content of this message is the sole responsibility of its author.



(ES) Este mensaje, incluidos sus anexos, es confidencial y su contenido está destinado exclusivamente a los destinatarios indicados. Si ha recibido este mensaje por error, le rogamos que lo devuelva al remitente y lo elimine de sus archivos. Cualquier uso no autorizado, reproducción o difusión, total o parcial, de este mensaje está expresamente prohibido y podrá dar lugar a las acciones legales e indemnizaciones correspondientes. El contenido de este mensaje es responsabilidad exclusiva de su autor.

— Anexos: —

GROS_CBTU_Reforma escritório SP_R00_20260225.pdf

67,0KB

	GROS ENGENHARIA LTDA.			REVISÃO: 00	
	PLANILHA DE ORÇAMENTO				
	CBTU - REFORMA DE IMÓVEL PARA ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO/SP			DATA: 25/02/2026	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				17.440,80
1.1	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40,00	157,38	6.295,20
1.2	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	80,00	99,75	7.980,00
1.3	VIGIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	80,00	39,57	3.165,60
2	SERVIÇOS PRELIMINARES				5.815,63
2.1	LOCAÇAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	MÊS	1,00	859,21	859,21
2.2	BOTA FORA EM CACAMBA 5M3 48 HORAS	UN	4,00	656,52	2.626,08
2.3	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	M²	285,92	2,55	729,09
2.4	LIMPEZA DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PAREDE UTILIZANDO ÁCIDO MURIÁTICO. AF_04/2019	M²	40,00	6,63	265,20
2.5	LIMPEZA DE JANELA DE VIDRO COM CAIXILHO EM AÇO/ALUMÍNIO/PVC. AF_04/2019	M²	13,31	7,52	100,09
2.6	LIMPEZA DE APARELHOS SANITARIOS	UN	4,00	23,15	92,60
2.7	Poda de árvores com mais de 10 m de altura	M³	6,00	96,51	579,06
2.8	LIMPEZA MANUAL GERAL INCLUSIVE REMOÇÃO DE COBERTURA VEGETAL - TRONCO ATÉ 10CM - SEM TRANSPORTE	M²	30,00	7,71	231,30
2.9	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO UTILIZANDO DETERGENTE NEUTRO E ESCOVAÇÃO MANUAL. AF_04/2019	M²	36,00	9,25	333,00
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS				7.449,01
3.1	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M²	284,00	10,20	2.896,80
3.2	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M²	40,00	11,44	457,60
3.3	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M²	131,42	5,94	780,63
3.4	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M²	131,40	3,30	433,62
3.5	REMOCAO E RETIRADA DE PORTAS DE MADEIRA	UN	8,00	120,10	960,80
3.6	REMOÇÃO DE PISO DE MADEIRA (ASSOALHO E BARROTE), DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M²	28,62	42,32	1.211,19
3.7	REMOÇÃO DE PISO DE BLOCO INTERTRAVADO OU DE PEDRA PORTUGUESA, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M²	25,20	28,11	708,37
4	COBERTURA				43.964,74
4.1	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M²	186,42	132,14	24.633,53
4.2	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M²	144,50	133,78	19.331,21
5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				12.527,67
5.1	LÂMPADA COMPACTA DE LED 10 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	8,00	20,44	163,52
5.2	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	80,00	7,11	568,80
5.3	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	120,00	10,38	1.245,60
5.4	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	40,00	14,56	582,40
5.5	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	3,00	87,97	263,91
5.6	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00	76,01	152,02
5.7	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	8,00	77,12	616,96
5.8	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	8,00	80,21	641,68
5.9	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	8,00	81,00	648,00

	GROS ENGENHARIA LTDA.			REVISÃO: 00	
	PLANILHA DE ORÇAMENTO				
	CBTU - REFORMA DE IMÓVEL PARA ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO/SP			DATA: 25/02/2026	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
5.10	INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	8,00	95,49	763,92
5.11	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_PE	UN	2,00	3.440,43	6.880,86
6	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS				1.741,02
6.1	KIT CHASSI PEX, PRÉ-FABRICADO, PARA CHUVEIRO, INCLUSO QUADRO METÁLICO, TUBOS, REGISTROS DE PRESSÃO E CONEXÕES POR ANEL DESLIZANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	UN	2,00	298,07	596,14
6.2	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	160,23	320,46
6.3	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	412,21	824,42
7	PISOS				31.712,80
7.1	PISO DE MADEIRA, SOBRE VIGOTAS DE MADEIRA SEÇÃO 7,5 X 15 CM. AF_03/2024	M²	28,62	747,50	21.393,45
7.2	ACABAMENTO PARA PISO EM TACO DE MADEIRA. AF_09/2020	M²	57,32	41,78	2.394,82
7.3	ENCERAMENTO DE PISO EM MADEIRA. AF_05/2021	M²	95,40	5,06	482,72
7.4	PISO EM PEDRA PORTUGUESA ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA SECA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, REJUNTADO COM CIMENTO COMUM. AF_05/2020	M²	12,56	305,09	3.831,93
7.5	RODAPE 8x2cm MADEIRADO CANELA ILHABELLA	M	94,13	38,35	3.609,88
8	PINTURA				11.308,83
8.1	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M²	341,76	19,35	6.613,05
8.2	REBOCO PRONTO PREFABRICADO 2mm APLICADO EM PAREDES INTERNAS	M²	341,76	13,74	4.695,78
9	FORRO				13.287,16
9.1	ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM PERFIL METÁLICO E PLÁSTICO). AF_08/2023	M	131,40	16,83	2.211,46
9.2	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	M²	131,40	84,29	11.075,70
10	ESQUADRIAS				11.319,56
10.1	BATENTE PARA PORTA DE MADEIRA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM. AF_12/2019	UN	4,00	432,23	1.728,92
10.2	PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	4,00	643,41	2.573,64
10.3	PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 70X210CM, ESPESSURA DE 3CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2,00	588,08	1.176,16
10.4	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS) E PERSIANA INTEGRADA, BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 120X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	M²	13,31	65,14	867,01
10.5	PORTÃO DE ABRIR EM GRADE DE AÇO GALVANIZADO ELETROFUNDIDA, MALHA 65 X 132 MM, E PINTURA ELETROSTÁTICA	M²	2,20	2.105,31	4.631,68
10.6	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA DE ACABAMENTO APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M²	15,00	22,81	342,15
11	SERVIÇOS FINAIS				7.429,04
11.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M²	155,92	18,53	2.889,19
11.2	PROJETO ""AS BUILT"" ARQUITETURA	M²	131,40	12,52	1.645,12
11.3	PROJETO ""AS BUILT"" DE INSTALACOES HIDRAULICAS	M²	131,40	9,86	1.295,60
11.4	PROJETO ""AS BUIT"" DE INSTALACOES ELETRICAS	M²	131,40	12,17	1.599,13
				PREÇO TOTAL (R\$)	163.996,26